



OP-045JH-20
CÓD.: 7891182033602

Prefeitura de Alto Alegre do Pindaré - MA

Professor do 1º ao 5º ano

Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de gêneros textuais variados.....	01
Recursos de textualidade (coesão, coerência, relações intertextuais)	01
Domínio da ortografia oficial: emprego das letras, pontuação e acentuação gráfica (Novo Acordo Ortográfico).....	25
Semântica (antonímia, sinonímia, paronímia, homonímia, polissemia e seus efeitos discursivos).	32
Classes de palavras – flexões e suas funções textual-discursivas: substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.....	34
Domínio da estrutura morfosintática do período simples e composto: relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração;	46
Concordâncias verbal e nominal;	53
Regências nominal e verbal;	58
Emprego do sinal indicativo de crase;	62
Funções e empregos das palavras “que” e “se”	64
Emprego dos porquês.....	65
Estilística: figuras de sintaxe, de som, de palavras e de pensamento.....	65

Noções de Informática

Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de um computador: hardware e software. Arquitetura básica de computadores e dispositivos periféricos.	01
Dispositivos de armazenamento e cópia de segurança.	07
Noções do sistema operacional Windows.	10
Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Conceitos básicos de internet: ferramentas, navegadores e aplicativos de Internet.	21
Edição de textos, planilhas e demais documentos utilizando o Microsoft Office 2016.	45

Conhecimentos Pedagógicos

Aspectos Filosóficos da Educação - o pensamento pedagógico moderno: iluminista, positivista, socialista, escolanovista, fenomenológicoexistencialista, antiautoritário, crítico.....	01
Tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos de aprendizagem: tendências liberais e progressistas.....	12
Aspectos Sociológicos da Educação - as bases sociológicas da educação, a educação como processo social, as instituições sociais básicas, educação para o controle e para a transformação social, cultura e organização social, desigualdades sociais, a relação escola/família/comunidade.....	13
Aspectos Psicológicos da Educação - a relação desenvolvimento/aprendizagem: diferentes abordagens, a relação pensamento / linguagem - a formação de conceitos, crescimento e desenvolvimento: o biológico, o psicológico e o social.....	22
O desenvolvimento cognitivo e afetivo.....	34

Aspectos do Cotidiano Escolar - a formação do professor; a avaliação como processo; a relação aluno/ professor.	38
A função social da escola: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem;	66
As relações interativas em sala de aula: o papel do professor e do aluno;.....	68
A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (atualizada): Documento Curricular do Território Maranhense.....	73

Alfabetização

Aspectos conceituais e usos funcionais da escrita, psicogêneses da escrita, fatores psicossociais e linguísticos na aquisição da leitura e da escrita, metodologias da alfabetização. O processo de letramento.	01
--	----

Didática

Conceito e objeto; objetivos de Ensino; Conteúdo de Ensino; Metodologia de Ensino e Avaliação	01
Plano e Planejamento. (Componentes do planejamento)	11
O Papel do Professor na sala de aula	16
O Processo Ensino- Aprendizagem.....	31
A Educação como Agente de Mudança	35

Fundamentos Teóricos Metodológicos e Legais do Currículo

Parâmetros Curriculares Nacionais: Breve Histórico; Princípios e Fundamentos;.....	01
A Proposta do Ensino Fundamental levando-se em consideração: promoção, repetência e evasão.....	14
A Organização da Escolaridade por Ciclo.	17
Organização do Conhecimento escolar; Área e Temas Transversais;	18
Objetivos, Conteúdos e Avaliação;.....	19
Autonomia e Diversidade;	25
Interação e Cooperação.	26

Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico

Administração escolar	01
Fundamentos sociais e políticos; Natureza do trabalho pedagógico escolar	06
Relações interpessoais na instituição educativa	12
Projeto pedagógico escolar	14
Plano de Desenvolvimento Escolar-PDE.....	20
Tendências atuais de gestão escolar	22

Legislação de Ensino

Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96.....	01
Aspectos econômicos, sociais, históricos, geográficos e culturais do Município de Alto Alegre do Pindaré - MA.	17



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A **Apostilas Opção** **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de gêneros textuais variados.....	01
Recursos de textualidade (coesão, coerência, relações intertextuais).....	01
Domínio da ortografia oficial: emprego das letras, pontuação e acentuação gráfica (Novo Acordo Ortográfico).	25
Semântica (antonímia, sinonímia, paronímia, homonímia, polissemia e seus efeitos discursivos).	32
Classes de palavras – flexões e suas funções textual-discursivas: substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.	34
Domínio da estrutura morfossintática do período simples e composto: relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração;	46
Concordâncias verbal e nominal;	53
Regências nominal e verbal;	58
Emprego do sinal indicativo de crase;	62
Funções e empregos das palavras “que” e “se”.	64
Emprego dos porquês.	65
Estilística: figuras de sintaxe, de som, de palavras e de pensamento.	65

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS.
RECURSOS DE TEXTUALIDADE (COESÃO, COERÊNCIA, RELAÇÕES INTERTEXTUAIS)

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias - ou fundamentações -, as argumentações - ou explicações -, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato deve:

- 1- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- 2- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- 3- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.
- 4- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- 5- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: *homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem*, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese;
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar / Compreender

Interpretar significa:

- Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.
- Através do texto, infere-se que...
- É possível deduzir que...
- O autor permite concluir que...
- Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

- entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
- o texto diz que...
- é sugerido pelo autor que...
- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
- o narrador afirma...

Erros de interpretação

- Extrapolação (“viagem”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- Redução = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

- Contradição = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação - Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

Observação – São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- *qual* (neutro) idem ao anterior.
- *quem* (pessoa)
- *cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.
- *como* (modo)
- *onde* (lugar)
- *quando* (tempo)
- *quanto* (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia, leia bem, leia profundamente, ou seja, leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias*.

- *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão)*.

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

Fontes de pesquisa:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

QUESTÕES

1-) (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM ELETRÔNICA – IADES/2014)

Gratuidades

Crianças com até cinco anos de idade e adultos com mais de 65 anos de idade têm acesso livre ao Metrô-DF. Para os menores, é exigida a certidão de nascimento e, para os idosos, a carteira de identidade. Basta apresentar um documento de identificação aos funcionários posicionados no bloqueio de acesso.

Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estacoes/gratuidades.html>> Acesso em: 3/3/2014, com adaptações.

Conforme a mensagem do primeiro período do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as crianças com até cinco anos de idade e os adultos com 65 anos em diante têm acesso livre ao Metrô-DF.

(B) Apenas as crianças de cinco anos de idade e os adultos com mais de 65 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(C) Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(D) Somente crianças e adultos, respectivamente, com cinco anos de idade e com 66 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

(E) Apenas crianças e adultos, respectivamente, com até cinco anos de idade e com 65 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

Dentre as alternativas apresentadas, a única que condiz com as informações expostas no texto é “Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF”.

RESPOSTA: “C”.

2-) (SUSAM/AM – TÉCNICO (DIREITO) – FGV/2014 - adaptada) “Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” a declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela existe mais forma que substância – mas a forma conta”. (...)

(Axé Silva, O Mundo, setembro 2013)

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

(A) o barulho e a propagação.

(B) a propagação e o perigo.

(C) o perigo e o poder.

(D) o poder e a energia.

(E) a energia e o barulho.

Ao comparar a declaração do Papa Francisco a um trovão, provavelmente a intenção do autor foi a de mostrar o “barulho” que ela causou e sua propagação mundo afora. Você pode responder à questão por eliminação: a segunda opção das alternativas relaciona-se a “mundo afora”, ou seja, que se propaga, espalha. Assim, sobraria apenas a alternativa A!

RESPOSTA: “A”.

3-) (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – IADES/2014 - adaptada)

Concha Acústica

Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada oficialmente em 1969 e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília (hoje Secretaria de Cultura), destinada a espetáculos ao ar livre. Foi o primeiro grande palco da cidade.

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/concha-acustica.html>>. Acesso em: 21/3/2014, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem compatível com o texto.

(A) A Concha Acústica do DF, que foi projetada por Oscar Niemeyer, está localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte.

(B) Oscar Niemeyer projetou a Concha Acústica do DF em 1969.

(C) Oscar Niemeyer doou a Concha Acústica ao que hoje é a Secretaria de Cultura do DF.

(D) A Terracap transformou-se na Secretaria de Cultura do DF.

(E) A Concha Acústica foi o primeiro palco de Brasília.

Recorramos ao texto: “Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer”. As informações contidas nas demais alternativas são incoerentes com o texto.

RESPOSTA: “A”.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como *Romeu e Julieta*, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:

**Questões****01. (IF-GO - Assistente em Administração – CS-UFG – 2019)****Os Três Porquinhos e o Lobo, “Nossos Velhos Conhecidos”**

Era uma vez Três Porquinhos e um Lobo Bruto. Os Três Porquinhos eram pessoas de muito boa família, e ambos tinham herdado dos pais, donos de uma churrascaria, um talento deste tamanho. Pedro, o mais velho, pintava que era uma maravilha – um verdadeiro Beethoven. Joaquim, o do meio, era um espanto das contas de somar e multiplicar, até indo à feira fazer compras sozinho. E Ananás, o menor, esse botava os outros dois no bolso – e isso não é maneira de dizer. Ananás era um mágico admirável. Mas o negócio é que – não é assim mesmo, sempre? – Pedro não queria pintar, gostava era de cozinhar, e todo dia estragava pelo menos um quilo de macarrão e duas dúzias de ovos tentando fazer uma bacalhoda. Joaquim vivia perseguindo meretrizes e travestis, porque achava matemática chato, era doido por imoralidade aplicada. E Ananás detestava as mágicas que fazia tão bem – queria era descobrir a epistemologia da realidade cotidiana. Daí que um Lobo Bruto, que ia passando um dia, comeu os três e nem percebeu o talento que degustava, nem as incoerências que transitam pela alma cultivada. MORAL: É INÚTIL ATIRAR PÉROLAS AOS LOBOS.

Fernandes, Millôr. *100 Fábulas fabulosas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Ao anunciar *Os Três Porquinhos e o Lobo* como “Velhos Conhecidos”, a fábula produz ironia porque

- A) a história narrada sofre alterações, mas a moral da história explicitada ao final do texto mantém-se a mesma da forma original.
- B) as descrições das personagens trazem características que subvertem a moral da história transmitida pela forma original.
- C) a atualização das características das personagens resulta em uma idealização compatível com os valores da vida contemporânea.
- D) o desfecho da narrativa ocorre de maneira abrupta, explicitando a possibilidade de um final feliz no mundo atual.

02. (SESACRE - Agente Administrativo – IBFC – 2019)

Leia com atenção a tira de “Calvin e Haroldo”, criada pelo cartunista Bill Watterson, para responder à questão.



De acordo com a tira e com a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. No primeiro quadrinho, é possível classificar a pergunta que Calvin faz para a mãe como uma pergunta retórica.
 II. A expressão “batendo as botas”, no terceiro quadrinho, é uma figura de linguagem conhecida como hipérbole.
 III. O adjetivo “belo”, no terceiro quadrinho, é utilizado com uma conotação irônica.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 C) Apenas a afirmativa II está correta.
 D) Apenas a afirmativa III está correta.

03. (CRF-SP - Analista de Suporte – Instituto Excelência – 2019)

Assinale a alternativa que contém as figuras de linguagem correspondentes aos períodos a seguir:

- I- “Está provado, quem ama o feio, bonito lhe parece.”
 II- “ Era a união do amor e o ódio.”
 III- Ele foi discriminado por faltar com a verdade.”
 IV- Marta quase morreu de tanto rir no circo.

- A) ironia - antítese - eufemismo - hipérbole.
 B) eufemismo - ironia - hipérbole - antítese.
 C) hipérbole - eufemismo - antítese - ironia.
 D) antítese - hipérbole – ironia – eufemismo.
 E) Nenhuma das alternativas.

04. (CRF-SP - Analista de Suporte – IDECAN – 2018)



(In: WATTERSON, B. Os dias estão todos ocupados: as aventuras de Cavin e Haroldo. São Paulo: Conrad, 2011.)

Na fala da mãe de Calvin, no último quadro, ante toda a situação vivenciada por Calvin, bem como da relação entre as personagens, percebe-se a constituição de uma

- A) ironia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de um computador: hardware e software. Arquitetura básica de computadores e dispositivos periféricos.	01
Dispositivos de armazenamento e cópia de segurança.	07
Noções do sistema operacional Windows.	10
Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Conceitos básicos de internet: ferramentas, navegadores e aplicativos de Internet.	21
Edição de textos, planilhas e demais documentos utilizando o Microsoft Office 2016.	45

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA. COMPONENTES BÁSICOS DE UM COMPUTADOR: HARDWARE E SOFTWARE. ARQUITETURA BÁSICA DE COMPUTADORES E DISPOSITIVOS PERIFÉRICOS.

HARDWARE E SOFTWARE

Hardware são as partes físicas do equipamento e software é o conjunto de programas ou aplicativos, instruções e regras que permitem ao equipamento funcionar.

O que é hardware?

Hardware são as partes que podemos ver do computador, ou seja, todos os componentes da sua estrutura física como o monitor, o teclado, o gabinete e o mouse.

O que é software?

São os programas que nos permitem realizar atividades específicas num computador. Por exemplo, os programas como Word, Excel, Power Point, os navegadores, os jogos, os sistemas operacionais, entre outros.

Esses dois elementos sempre trabalham de mãos dadas. Enquanto o software faz as operações, o hardware é a parte física com a qual essas funções podem ser realizadas.

Embora não tenhamos ideia de como as coisas vão evoluir, essa combinação continuará funcionando como base do desenvolvimento tecnológico.

Tipos de computadores

Existem muitos tipos de computadores com diferentes formatos e tamanhos e cada um deles oferece características que se encaixam às diversas necessidades.

Computadores de mesa ou desktops

Os computadores de mesa ou desktops são os mais comuns nas casas e nos escritórios.

Esse tipo de computador não é muito fácil de ser transportado porque dependem de energia elétrica e possuem muitas partes. Além disso, eles podem ser atualizados adicionando mais peças ou periféricos como WebCam, impressora, fones de ouvido, microfones, etc.

Um dos benefícios dos Desktops é seu baixo custo. Se fazemos uma comparação de seu preço com o de um notebook com as mesmas características, as diferenças são claramente notadas.

Notebooks ou portáteis

São computadores que você pode transportar com facilidade porque todas suas partes estão integradas: monitor, teclado, touchpad (que substitui o mouse), alto-falantes e câmera numa só peça com tamanho e peso menor que um desktop.

Estes computadores não permitem muitas modificações porque é mais difícil acessar seus componentes internos, com exceção da sua bateria que é recarregável e pode ser trocada.

Muitos deles estão desenvolvidos para executar softwares e arquivos pesados assim como um desktop. Por conta dos notebooks serem desenvolvidos para serem transportados facilmente de um lugar para outro, existem algumas vantagens e diferenças importantes quando os comparamos com os desktops.

Quais são as partes de um notebook?

- Touchpad: Também conhecido como trackpad, é um pad sensível ao tato que permite controlar o cursor fazendo movimentos com os dedos.

Muitos touchpads incluem sensibilidade multi-toque que têm funções específicas para toques com mais de um dedo.

- Bateria: Quando conectamos a bateria do Notebook a uma tomada elétrica, ele é recarregado. Outro benefício de poder contar com uma bateria é que, se acabar a luz podemos ter uma reserva de energia. Cada notebook possui uma bateria que nos permite utilizá-lo quando não estamos conectados à uma tomada.

- Adaptador de CA: Um notebook geralmente possui um cabo de alimentação especializado.

Ele é feito para ser usado com este tipo de computadores. Alguns destes cabos possuem conectores magnéticos que se desconectam com segurança em caso de acidentes. Isto ajuda evitar danos no cabo e no notebook.

- Entradas: A maioria dos notebooks tem os mesmos tipos de entradas que outros computadores como as entradas USB, porém, em menor quantidade por conta de seu tamanho menor. Algumas entradas podem ser diferentes e as vezes é necessário um adaptador para poder usá-las.

Tablets

Os tablets possuem uma tela sensível ao toque para que possamos escrever e navegar pela internet rapidamente. São caracterizados por serem leves, e mais baratos que um computador. São mais práticos que os notebooks porque usamos os dedos para fazer tudo, o iPad por exemplo, é um tablet. Da mesma forma que os notebooks, os tablets também foram desenvolvidos para serem transportadas facilmente.

Muitos possuem a função de editar textos de arquivos como o Word ou planilhas com fórmulas matemáticas como as do Excel, desta maneira você não dependerá do seu desktop.

Para economizar espaço, os tablets possui poucas entradas. Mas se for necessário usar um teclado externo ou outros periféricos, podemos usar uma conexão sem fio ou um Bluetooth.

Smartphone ou telefone inteligente

A maioria dos aparelhos celulares podem fazer as mesmas coisas que um computador. Neles podemos editar documentos, navegar na internet, compartilhar informações com amigos no Facebook e até jogar.

Estes aparelhos são mais conhecidos como telefones inteligentes ou smartphones e seu teclado está integrado com a tela e só aparece quando indicamos que vamos escrever algo.

A maior vantagem dos telefones inteligentes e tablets é que podemos acessar a internet em qualquer momento. Além disso, são baratos, fáceis de usar, e podem ser comprados em qualquer lugar.

Estes telefones são feitos para executar uma variedade de aplicativos. E além de proporcionar o serviço telefônico, são basicamente pequenos tablets que podem ser usados para navegar na internet, ver vídeos, ler livros eletrônicos, jogar e muitas outras coisas, todas elas funções adicionais às de um telefone tradicional.

Os smartphones possuem telas táteis e contam com sistemas operacionais parecidos aos dos tablets.

Lembre-se que você pode encontrar muitos aplicativos gratuitos nas lojas virtuais correspondentes ao sistema operacional do telefone que você escolheu. Eles podem servir para diversão, aprendizagem, leitura e outras mil coisas mais.

Com os smartphones podemos estar conectados à internet na maior parte do tempo.

Geralmente, é necessário comprar um plano de dados 3G ou 4G, além do serviço para fazer ligações.

Um telefone inteligente também pode conectar-se à redes Wi-Fi quando estas estão disponíveis.

Por que é bom comprar um smartphone ou um tablet?

Eles são uma grande ajuda porque oferecem conectividade para que possamos falar com outras pessoas, navegar pela internet, ver vídeos, enviar e receber e-mails, editar documentos como cartas e planilhas, jogar, entre muitos outros benefícios. Basicamente é ter um dispositivo portátil com as mesmas funções de um computador.

Computadores vestíveis

O termo em inglês wearable computing significa “computação vestível” e são computadores que usamos como parte do nosso vestuário. Os melhores exemplos deste tipo de computador, são os óculos inventados pela Google chamados Google Glass que é um dispositivo para a visualização de informações, os sapatos esportivos que tem um chip para armazenar a nossa posição e rendimento, e os relógios inteligentes, que são pequenos computadores usados no pulso como um relógio.

Este conceito abarca todas as máquinas eletrônicas que se tornaram pequenas e podem ser adaptadas à nossa roupa ou aos acessórios que usamos, oferecendo conectividade e outros serviços sem a necessidade de usar o computador.

A grande vantagem dos computadores vestíveis é que eles nos proporcionam uma interação com a informação do ambiente que nos rodeia.

Google Glass

O propósito destes óculos é mostrar toda a informação disponível no momento em que você necessita e poder compartilhar tudo o que você vê.

Com eles podemos nos conectar à internet, acessar e-mails e falar com outras pessoas.

Como todos os computadores, ele possui um hardware que é composto pela câmera, o touchpad, as lentes, a moldura e a bateria. Já seu software, é composto por aplicativos gratuitos como o Google Maps e o Gmail.

Nike +

Trata-se de um dispositivo de rastreamento que se adapta ao seu tênis com a finalidade de armazenar dados e dar a informação sobre o seu rendimento durante uma atividade física.

Podem fornecer informações sobre a distância percorrida, o tempo de duração, a quantidade de calorias queimadas e um mapa detalhado do caminho percorrido.

Atualmente, muitos esportistas avaliam e controlam seu rendimento com estes tipos de dispositivos.

Relógio inteligente

É baseado no conceito de um relógio convencional, mas aumentando as possibilidades que ele oferece.

Alguns fabricantes optaram por adicionar funções ao relógio convencional e ao mesmo tempo sincronizá-lo com um smartphone para que funcione como uma extensão adaptada ao corpo humano.

Outros adaptam um computador independente ao antebraço tornando-o um assistente para muitas das suas atividades. São bastante úteis por exemplo, em operações militares e espaciais.

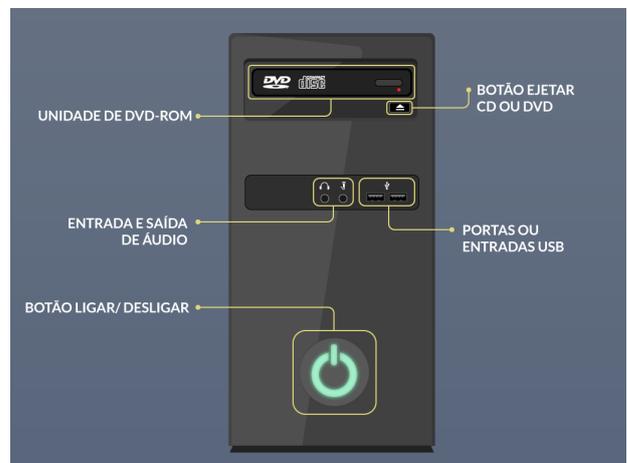
Quais são as partes do um computador?

Um computador Desktop está composto por várias partes, mas existem algumas que são indispensáveis para seu funcionamento como o gabinete (torre), o monitor, o mouse e o teclado.

O Gabinete

É uma estrutura de metal ou plástico onde no seu interior estão os componentes que fazem com que as outras partes cumpram suas funções. É considerado o cérebro do computador.

Na parte da frente e de trás estão localizadas as entradas, conectores e botões com os quais você pode trabalhar com algumas funções do computador. É importante conhecer esses botões, já que suas posições e estilos mudam dependendo do modelo.



Frente de um gabinete

- A unidade de DVD-ROM (Disco de Vídeo Digital):

Também conhecida como CD-ROM, permite que o computador leia CDs e DVDs. A maioria das unidades de discos óticos também podem escrever (ou “queimar”) dados. As unidades mais recentes podem ler discos Blu-Ray (vídeos em alta definição) e gravar neles também. Um típico Blu-Ray armazena maior quantidade de dados que um DVD ou CD.

- As portas ou entradas USB:

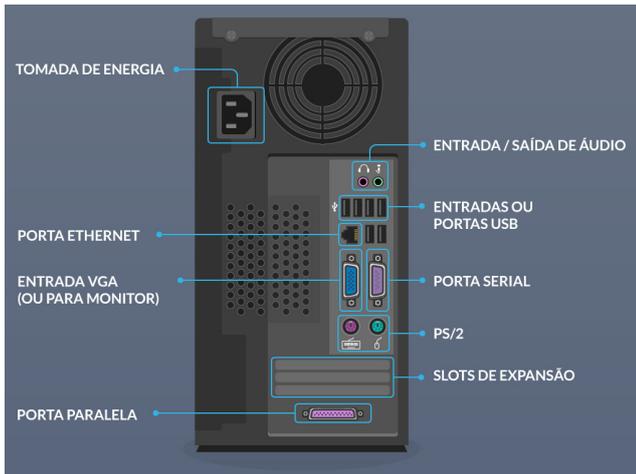
A maioria dos computadores de mesa (Desktop) tem várias entradas ou portas USB. Elas podem ser usadas para conectar quase todo tipo de dispositivo, incluindo mouses, teclados, impressoras, câmeras digitais entre outros. Normalmente estão na parte frontal e traseira do computador.

- Entrada e saída de áudio:

Muitos computadores incluem entradas de áudio na frente do gabinete que permitem conectar facilmente alto-falantes, microfones e fones de ouvido, sem precisar usar a parte traseira do computador.

Parte posterior do gabinete

A maioria dos computadores informam o que é cada ícone para que você possa conectar com maior facilidade seus periféricos ao gabinete.



Parte traseira da torre de uma mesa ou computador desktop

- Tomada de energia: Nesta entrada você deve conectar o cabo elétrico do computador.

- Entrada/saída de áudio: Quase todos os computadores possuem duas ou mais entradas de áudio onde é possível conectar vários dispositivos, incluindo alto-falantes, microfones, fones de ouvido, entre outros.

- Porta Ethernet: Esta entrada é muito parecida com a do modem, porém é um pouco maior. Você pode usá-la para se conectar à uma rede e navegar pela internet.

- Entrada USB: Na maioria dos computadores desktop, quase todas as entradas USB estão na parte posterior da estrutura do computador. Tente conectar o mouse e o teclado nestas entradas para que as frontais fiquem livres e sejam usadas com câmeras digitais, Pen drives e entre outros dispositivos.

- Entrada para monitor: Aqui é onde você conecta o cabo do monitor. No exemplo da imagem acima, o aparelho tem uma entrada Display e uma VGA. Em outros computadores podem existir outros tipos de entradas para o monitor, tais como DVI (Digital Visual Interface) ou HDMI (High-Definition Multimedia Interface).

- Porta serial: Este tipo de entrada é menos comum nos computadores atuais porque foi substituída por USB e outros tipos de entradas. É utilizada com frequência para conectar periféricos como câmeras digitais.

- PS/2: Estas entradas são usadas para conectar o mouse e o teclado. Geralmente a entrada do mouse é verde e a do teclado lilás. Nos computadores novos, estas entradas foram substituídas por USB.

- Slots de expansão: Estes são espaços vazios nos quais você pode adicionar um tipo de placa de expansão. Por exemplo, caso seu computador não venha com uma placa de vídeo, pode comprar uma e instalá-la aqui.

- Porta paralela: É um tipo de entrada muito antiga que não é comum nos computadores novos, e assim como a porta serial, foi substituída pela entrada USB.

Periféricos do computador

Geralmente os computadores básicos incluem o gabinete, o monitor, o teclado e o mouse. No entanto, você pode conectar diferentes tipos de dispositivos, também conhecidos como periféricos.

O que são Periféricos de um Microcomputador?

São placas ou aparelhos que recebem ou enviam informações para o computador. Alguns exemplos de periféricos são: Impressoras, Digitalizadores, leitores de CD – DVD, mouses, teclados, câmeras, etc.

Existem alguns tipos de periféricos:

- De entrada: São aqueles que enviam informações para o computador. Ex: teclado, mouse.

- De saída: São aqueles que recebem informações do computador. Ex: monitor, impressora, caixas de som.

- De entrada e saída: São aqueles que enviam e recebem informações para/do computador. Ex: monitor touchscreen, drive de CD – DVD, impressora multifuncional.

- De armazenamento: São aqueles que armazenam informações. Ex: pen drive, cartão de memória.

Externos: São equipamentos adicionados ao computador que enviam e recebem dados, acessórios que se conectam ao computador.

- Monitor: É um dispositivo de saída do computador que serve de interface visual para o usuário, na medida em que permite a visualização dos dados e sua interação com eles. São classificados de acordo com a tecnologia de amostragem de vídeo utilizada na formação da imagem. São eles o CRT e o LCD. A superfície do monitor sobre a qual se projeta a imagem chamamos tela, ecrã ou écran.

Os monitores surgiram diante da necessidade de ser um periférico de saída, pois sem ele não conseguiríamos ver o que estaríamos fazendo.

CRT: (Cathodic Ray Tube), em inglês, sigla de (Tubo de raios catódicos) é o monitor “tradicional”, em que a tela é repetidamente atingida por um feixe de elétrons, que atuam no material fosforescente que a reveste, assim formando as imagens.

LCD: (Liquid Cristal Display, em inglês, sigla de tela de cristal líquido) é um tipo mais moderno de monitor. Nele, a tela é composta por cristais que são polarizados para gerar as cores.

- Mouse: O mouse (do inglês “rato”) é um periférico de entrada que historicamente se juntou ao teclado para auxiliar no processo de entrada de dados, especialmente em programas com interface gráfica. Tem como função movimentar o cursor (apontador) pela tela ou ecrã do computador.

O formato mais comum do cursor é uma seta, contudo, existem opções no sistema operacional e softwares que permitem personalizarmos o cursor do mouse.

Disponibiliza normalmente quatro tipos de operações: movimento, clique, duplo clique e “arrastar e largar”.

Existem modelos com um, dois, três ou mais botões cuja funcionalidade depende do ambiente de trabalho e do programa que está a ser utilizado. Em todos estes modelos o botão esquerdo é o mais utilizado.

O mouse é normalmente ligado ao computador através de portas: serial, PS2 ou, mais recentemente, USB (Universal Serial Bus). Também existem conexões sem fio, as mais antigas em infravermelho, as atuais em Bluetooth.

Outros dispositivos de entrada competem com o mouse: touchpads (usados basicamente em notebooks) e trackballs. Também é possível ver o joystick como um concorrente, mas não são comuns em computadores.

Os modelos mais modernos de mouse são totalmente ópticos, não tendo peças móveis. De modo muito simplificado, eles tiram fotografias que são comparadas e que permitem deduzir o movimento que foi feito.

O mouse, por padrão, possui pelo menos dois botões. O esquerdo usado para selecionar e clicar (acionar) ícones e o direito realiza funções secundárias, como por exemplo, exibir as propriedades do objeto apontado. Há ainda na maioria dos mouses um botão Scroll em sua parte central, que tem como função principal movimentar a barra de rolagem das janelas.

- Teclado: O teclado de computador é um tipo de periférico utilizado pelo usuário para a entrada manual no sistema de dados e comandos. Possui teclas representando letras, números, símbolos e outras funções, baseado no modelo de teclado das antigas máquinas de escrever. São projetados para a escrita de textos e também para o controle das funções de um computador e seu sistema operacional.

Suas teclas são ligadas a um chip dentro do teclado, onde identifica a tecla pressionada e manda para o PC as informações. O meio de transporte dessas informações entre o teclado e o computador pode ser sem fio (ou Wireless) ou a cabo (PS/2 e USB).

Cada tecla tem um ou mais caracteres impressos ou gravados em baixo relevo em sua face superior, sendo que, aproximadamente, cinquenta por cento das teclas produzem letras, números ou sinais. Em alguns casos, o ato de produzir determinados símbolos requer que duas ou mais teclas sejam pressionadas simultaneamente ou em sequência.

Outras teclas não produzem símbolo algum, todavia, afetam o modo como o microcomputador opera ou age sobre o próprio teclado.

Os arranjos mais comuns em países Ocidentais estão baseados no plano QWERTY (incluindo variantes próximo-relacionadas, como o plano de AZERTY francês).

Os teclados mais modernos (incluindo PC e Apple Mac) são baseados em versões padrão, como teclas de função, um teclado complementar numérico, e assim por diante.

Há alguns modos diferentes de conectar um teclado a um computador. Estas conexões incluem PS/2, conexões USB e até conexões sem fio, por exemplo, o Bluetooth e infravermelhos. Computadores mais antigos (padrão AT) utilizam conectores DIN.

- Impressoras: São dispositivos que servem para imprimir arquivos criados no seu computador. Existem muitos tipos de impressoras e com diferentes preços.

- Scanner: O scanner permite copiar e guardar o conteúdo de uma folha ou documento dentro do computador como uma imagem digital. Nas impressoras multifuncionais você encontrará o scanner e a impressora ao mesmo tempo.

- Microfones: Microfones são dispositivos de entrada de áudio. Eles podem ser conectados ao computador para gravar sons ou para você se comunicar por internet com outros usuários. Muitos computadores possuem microfones incorporados, sobretudo Notebooks.

- Alto-falantes ou Caixas de som: Alto-falantes como periféricos para computadores desktop

São dispositivos de saída de áudio, ou seja, transmitem a informação do computador para o usuário. Graças a estes dispositivos podemos escutar o som da música ou vídeo que está sendo reproduzido. Dependendo do modelo, podem ser conectados à entradas USB ou de áudio. Alguns computadores já os possuem incorporados.

- WebCam: Uma WebCam é um tipo de dispositivo de entrada com a qual você pode gravar vídeos ou tirar fotos. Você também pode transmitir vídeos através da internet em tempo real fazendo chamadas de vídeo, com qualquer pessoa e em qualquer parte do mundo.

- Joystick, controladores de jogos: Um joystick é um dispositivo utilizado para controlar jogos de computador. Embora existam vários tipos de controladores, você também pode usar o mouse e o teclado para controlar a maioria dos jogos.

- Câmera digital: Permite que você capture uma imagem ou vídeo em formato digital. Ao conectar a câmera na entrada USB, você pode transferir as imagens da câmera para o computador. Posteriormente pode imprimir as imagens, enviá-las por e-mail ou publicá-las na web.

- Outros dispositivos: Quando você compra um dispositivo eletrônico como um telefone móvel ou mp3 player, deve verificar se ele vem com um cabo USB. Se o cabo vem como acessório, isto significa que você pode conectá-lo ao seu computador.

Driver

No sentido mais simples, um driver é um software que permite que o sistema operacional e um dispositivo se comuniquem um com o outro. A maioria dos componentes de hardware que você compra vem com um CD para a instalação dos drivers. No entanto, como já é comum, nem sempre o disco do fabricante contém com a versão mais recente do driver. Na pior das hipóteses acontece de o programa não ser compatível justamente com o seu sistema operacional.

A solução então é procurar os drivers manualmente, o que geralmente não dá certo, pois entrar no site do fabricante só gera mais confusão para o usuário. Para os usuários do Windows 7 nem sempre é preciso buscar por drivers, pois o sistema tem um mecanismo automático que verifica a existência de novas versões e instala tudo para o utilizador.

Obviamente existem exceções e para essas situações é que se pode contar com a ajuda de alguns aplicativos que mantêm o PC atualizado, como gerenciadores de drivers como o DriverEasy e o Slimdrivers.

BIOS

A palavra BIOS é um acrônimo para Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada e Saída. Trata-se de um mecanismo responsável por algumas atividades consideradas corriqueiras em um computador, mas que são de suma importância para o correto funcionamento de uma máquina. Se a BIOS para de funcionar, o PC também para.

O Sistema Básico de Entrada e Saída é um aplicativo responsável pela execução das várias tarefas executadas do momento em que você liga o computador até o carregamento do sistema operacional instalado na máquina.

Ao iniciar o PC, a BIOS faz uma varredura para detectar e identificar todos os componentes de hardware conectados à máquina. Só depois de todo esse processo de identificação é que a BIOS passa o controle para o sistema operacional e o boot acontece de verdade.

Para garantir sua integridade, a BIOS fica gravada dentro de um chip com memória ROM (memória somente de leitura), o que quer dizer que não é possível alterar suas características centrais. Você não pode, por exemplo, desinstalar a BIOS do computador, apenas atualizá-la ou modificar as opções permitidas.

Componentes Internos

Placa mãe: Acopla todos os componentes de um computador, ou seja, é onde todos os equipamentos se encaixam. É uma placa de circuitos composta de caminhos de dados (barramentos) e lacunas para encaixar os equipamentos (slots).

Processador: o processador é o item mais importante da máquina. A maioria dos computadores nem sequer liga sem a presença de uma Unidade Central de Processamento (Central Process Unit ou CPU). Uma CPU possui formato retangular e possui milhões de pequenas peças minúsculas.

Em um primeiro instante, você não conseguirá visualizar o processador dentro do gabinete. Ele fica embaixo do dissipador e do cooler. O dissipador é um componente metálico de tamanho avantajado que, como o próprio nome diz, serve para dissipar o calor. Já o cooler é a ventoinha que fica em cima do dissipador e que tem como função retirar o ar quente da CPU.

A CPU se comunica com os demais componentes de hardware através das ligações na placa-mãe. Para poder executar os programas e jogos, o processador deve receber dados da memória RAM, trocar informações com o chipset e enviar ordens para outros componentes.

Embaixo do processador há diversos pinos metálicos, os quais fazem a ligação com a placa-mãe. A quantidade de pinos varia conforme o modelo da CPU. Cada fabricante opta por um padrão diferente, até porque a arquitetura interna dos processadores exige mudanças na parte externa.



Memória: a função da memória é armazenar dados. Existem diversos tipos de memórias: memórias permanentes e virtuais, cada uma com função definida:

- Principal (RAM e ROM)
- Auxiliar (Virtual e Cache)
- Secundária (HD, Floppy, CD/DVD-ROM, etc)

Memória RAM- (Memória de Acesso Aleatório) é a mais importante. Só funciona com o computador ligado, por isso, é chamada de volátil, só armazena dados temporariamente, ao desligarmos o computador as informações se perdem. A CPU é que mais utiliza esse tipo de memória. O processador processa as informações, mas quem executa é a memória RAM. Ela também é chamada de “penete de memória” e pode ter diferentes capacidades: 64MB (Megabyte), 128MB, 256MB, 512MB, 1GB (Gigabyte), 2GB, etc.



A memória RAM é um componente essencial, não apenas nos computadores, mas também em equipamentos como smartphones ou tablets.

RAM (Random Access Memory) ou memória volátil, é um componente eletrônico que armazena dados de forma temporária, durante a execução do sistema operativo, para que possam ser rapidamente acedidos pelo processador. Esta é considerada a memória principal do sistema e, além disso, as velocidades de leitura e escrita são superiores em relação a outro tipo de armazenamento.

Ao contrário da memória não-volátil, como é o caso de um disco rígido, que preserva a informação gravada sem necessidade de alimentação constante, a memória volátil apenas permite armazenar dados enquanto estiver alimentada eletricamente. Assim, cada vez que o computador for desligado, todos os dados presentes na memória serão apagados definitivamente.

Por volta do ano 2000, foram introduzidas as conhecidas memórias DDR SDRAM (Dual Data Rate), mais rápidas por realizarem duas leituras por cada ciclo. Desde então, as memórias DDR evoluíram por três vezes, DDR2, DDR3 e DDR4. Cada iteração melhorou

vários aspetos como o tempo de ciclo, largura de banda e ainda reduziu o consumo de energia. No entanto, cada versão não é compatível com as anteriores, tendo em conta que os dados são manipulados em maiores proporções.

Memória ROM- (Memória somente para Leitura) armazena dados importantes do fabricante do equipamento e não podem ser utilizadas pelo usuário. Nela estão todos os dados básicos para o PC funcionar. Ao conjunto formado pelas memórias RAM e ROM dá-se o nome de Memória Principal.

Memória Cache- Encontra-se no processador e trabalha em sincronia com a RAM, porém ela armazena dados mais rápido, é um tipo de RAM estática: é uma SRAM.

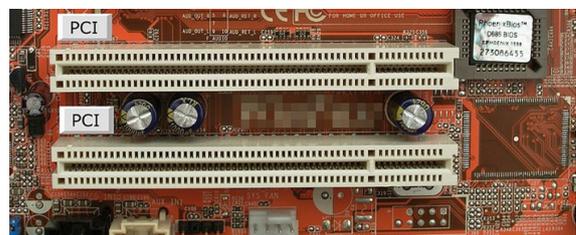
Sua função é armazenar os dados mais recentes requisitados pela RAM principal. Funciona assim: Quando a CPU requisita um dado à RAM, ele é copiado para a Cache para que, se for solicitado novamente, não seja necessário buscar na RAM outra vez. Sua desvantagem é que ela é muito menor que a RAM.

Fonte de Alimentação: É o módulo que fornece energia elétrica ao micro. As fontes de alimentação utilizadas hoje em dia são do tipo chaveada (aumenta o rendimento e torna a fonte mais compacta).

HD- Disco Rígido: É o local onde se instala o Sistema Operacional (Windows, Linux, etc) e onde armazenamos nossos arquivos (word, Excel, pastas, fotos, vídeos, etc.). Nele se cria uma memória virtual quando necessário. Pode também ser chamado de Winchester.

Slots PCI

Como citado anteriormente, as placas-mãe possuem espaços para a instalação de placas complementares. Tais espaços são conhecidos como slots. Atualmente existem dois padrões de slots: o PCI e o PCI-Express. O padrão PCI é o mais antigo e possibilita que o usuário instale placas de rede, de som, de modem, de captura e muitas outras.



(Fonte da imagem: Reprodução/Wikipédia Commons - Autor: Smial)

Antigamente existiam placas de vídeo para o padrão PCI, porém com a evolução do padrão, essas placas pararam de ser fabricadas para esse tipo de slot. As atuais placas-mãe possuem poucos slots PCI, justamente porque os componentes com esse tipo de encaixe estão saindo de linha.

O slot PCI é mais lento que o PCI-Express, entretanto, a velocidade de transmissão de dados e de operação nesse slot é suficiente para quase todas as placas suportadas. Apesar disso, o abandono desse padrão será inevitável, pois o PCI-Express suporta os mesmos tipos de placa e oferece alta velocidade.

Slots PCI-Express

O PCI-Express é um tipo de slot mais recente, que vem para substituir o PCI. Ele possui muitas diferenças nos contatos metálicos, fato notável logo pelo tipo de encaixe. Ele até parece o slot PCI invertido com alguns contatos a mais.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Aspectos Filosóficos da Educação - o pensamento pedagógico moderno: iluminista, positivista, socialista, escolanovista, fenomenológico-existencialista, antiautoritário, crítico.	01
Tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos de aprendizagem: tendências liberais e progressistas.	12
Aspectos Sociológicos da Educação - as bases sociológicas da educação, a educação como processo social, as instituições sociais básicas, educação para o controle e para a transformação social, cultura e organização social, desigualdades sociais, a relação escola/família/comunidade.	13
Aspectos Psicológicos da Educação - a relação desenvolvimento/aprendizagem: diferentes abordagens, a relação pensamento / linguagem - a formação de conceitos, crescimento e desenvolvimento: o biológico, o psicológico e o social.	22
O desenvolvimento cognitivo e afetivo.	34
Aspectos do Cotidiano Escolar - a formação do professor; a avaliação como processo; a relação aluno/professor.	38
A função social da escola: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem;	66
As relações interativas em sala de aula: o papel do professor e do aluno;	68
A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (atualizada): Documento Curricular do Território Maranhense.	73

ASPECTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO - O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO: ILUMINISTA, POSITIVISTA, SOCIALISTA, ESCOLA NOVISTA, FENOMENOLÓGICO, EXISTENCIALISTA, ANTIAUTORITÁRIO, CRÍTICO.

A Filosofia é um estudo relacionado à existência, ao conhecimento, a verdade, aos valores morais e estéticos, a mente e a linguagem. Seus métodos estão caracterizados pela argumentação.

Sua importância para a compreensão da sociedade e do mundo é para quebrar barreiras para que o indivíduo através de seu esforço obtenha um estado pleno de satisfação, ocasionando um momento de felicidade.

Através da argumentação podemos quebrar as barreiras dos nossos preconceitos, ideias erradas, de nossa realidade que não queremos mudar. Melhoramos nossas ideias, decisões e agimos melhor, já que nossas ações se baseiam naquilo que pensamos.

Já os problemas que a filosofia apresenta ajudam-nos a compreender melhor o mundo, fazendo-nos ter uma atitude crítica em relação às respostas e soluções apresentadas para os problemas da sociedade, com o objetivo de termos um mundo cada vez melhor para todos.

Mas enfrentamos grandes dificuldades para implementar esta disciplina no currículo escolar por diversos motivos.

Por parecer ser uma disciplina de resultados substanciais, por acreditar ser uma disciplina especulativa, que lida com problemas que ninguém sabe resolver. Então o que ensinar? Como lidar com a diversidade de teorias defendidas? Qual a competência e conteúdo central?

Temos também a cultura autoritária, onde encontramos dificuldade em questionar os grandes filósofos do passado, onde apenas poderemos estudar e expor as ideias de tal filósofo, sendo assim, estaremos estudando a história da filosofia.

Filosofar não é fazer relatórios sobre o que os filósofos pensam, e sim, fazer o que os filósofos fazem.

O contexto da Educação no século XXI e as desigualdades sociais

A educação no século XXI tem como objetivo a transformação social, onde o educador provocará no educando o busca pela descoberta, pela pesquisa, por solucionar problemas.

Mas essa realidade ainda está longe do alcance de todos os alunos. Percebemos claramente a desigualdade na educação entre os que têm um poder aquisitivo maior e os que dependem de uma educação custeada pelo governo.

Já temos salas de aulas interativas, onde o aluno é um descobridor, um solucionador de problemas, um pesquisador e crítico.

Enquanto em outros lugares, a realidade é que muitas escolas nem tem carteiras e cadeiras escolares adequadas, salas de aula equipadas, livros didáticos, professores preparados.

Essa desigualdade absurda é reflexo de um governo que não tem princípios com a educação. Vem de uma cultura onde o governo é favorecido com a ignorância de seu povo. Onde a educação acaba por fazer o que a classe dominante lhes impõe.

A Indústria Cultural e sua interferência na realidade da Educação contemporânea

A educação brasileira tem seus pontos altos e baixos, infelizmente a educação não é de qualidade para todo o indivíduo, pois a realidade social em que cada indivíduo se insere é diferente, a desigualdade social faz com que uns tenham uma educação de nível e outros não, ou seja, educação de qualidade é para poucos.

Segundo Otaíza de O. Romanelli (1986, p. 23), a educação no Brasil é profundamente marcada por desníveis e, por isso, a ação educativa se processa de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está submerso. Nesse processo, dois aspectos se distinguem: o gesto criador – que resulta do fato de o homem “estar-no-mundo e com ele relacionar-se” transformando-o e transformando-se; e o gesto comunicador– que o homem executa e, assim, transmite a outros os resultados de sua experiência.

Como podemos ver a educação brasileira sofre muitos impactos, dentre eles o da política, onde quem quer entender a educação não poderá jamais ignorar tais questões, pois estão diretamente envolvidas no processo educativo, já que se apresenta como um jogo que mostra uma realidade deturpada, colocando-se assim acima de prioridades educativas, pois os interesses dos poderosos menosprezam o que realmente tem valor no contexto social em que o homem é inserido.

Outro fator não menos importante e cada dia mais real no meio educativo que deve ser levado em conta, mas ainda não é reconhecido é a indústria Cultural que a cada dia que passa com a globalização vem sendo inserida em várias áreas sociais, invadindo também o contexto escolar e não percebemos tal influência por que também já fomos dominados pela indústria cultural.

Indústria Cultural é um termo concebido pelos teóricos Adorno e Horkheimer

Segundo Adorno e Horkheimer o produto cultural perde seu brilho, sua unicidade, sua especificidade de valor de uso quando se transforma em valor de troca, assim dissolvendo a verdadeira arte ou cultura, portanto acaba por cegar os homens da modernidade de massa, ocupando assim o espaço vazio que ficou deixado para o lazer, fazendo-nos ser irracionais e não percebermos a injustiça do sistema capitalista. Para que a população tenha fácil acesso a Indústria Cultural tem-se a televisão, ela chega às escolas quer através de programas do governo ou levada pelos próprios gestores, professores, alunos e funcionários escolares.

Em fim a Indústria Cultural já esta inserida no cotidiano do ser humano, e este não consegue mais viver sem consumir tudo que lhe é oferecido através da mídia.

Com isso a própria escola acaba criando pequenos consumidores, fazendo-os querer cadernos, agendas de marcas renomadas, Hello Kit, Xuxa, Justin Beaber entre outros, isso quando a própria escola, no caso, as particulares adotam o uso obrigatório de agendas.

Com tudo isso esquecemo-nos de fazer uso da Filosofia da Educação que aprendemos nos cursos de formação, esquecemo-nos de colocar em prática os ensinamentos aprendidos nos tornando pessoas manipuláveis sem que saibamos dialogar com aquilo que lemos e fazemos deixando de refletir e analisar profundamente nosso comportamento.

A teoria de Pierre Bourdieu vem mostrar a realidade da educação no Brasil

Até que ponto a teoria do autor se aplica à nossa realidade?

A desigualdade na educação cada vez mais vem se destacando a olhos vistos, devido a vários motivos descritos por Pierre Bourdieu, realmente sendo o papel da escola não transformar, e sim, reproduzir e reforçar as desigualdades sociais.

Sem incentivo e investimento por parte do governo, as escolas e educadores enfrentam a realidade de cada aluno e comunidade onde está localizada a escola, fazendo com que o conhecimento, postura e habilidades que o aluno traz da vida sejam reproduzidos na sala de aula, ao invés da escola começar do zero e superar as deficiências de conhecimento de cada aluno.

Temos salas de aulas superlotadas, poucos professores e professores com muitas disciplinas, sem tempo ou condição de investir melhor em suas atuações em sala de aula.

Hoje em dia temos ONGs e movimentos de pessoas com poder aquisição melhor, para incentivar pequena parte de crianças a terem aulas de reforço e complementação curricular, para diminuir a desigualdade, lembrando que a parte atingida é muito pequena.

Vemos que a cada dia as famílias que tem condições financeiras estáveis, transferirem seus filhos para escolas particulares, para terem uma educação melhor.

Realmente o pessimismo de Bourdieu tem fundamentos concretos de que a competição escolar tomou âmbito incontornável, sem perspectivas de superação, por motivos culturais e governamentais.¹

Pensamento Pedagógico Moderno

O pensamento pedagógico moderno caracteriza-se pelo *realismo*.

A educação e a ciência eram consideradas um fim em si mesmo.

O Pensamento Pedagógico Moderno foi sendo estruturado num contexto de transformações sob diferentes dimensões da vida social. Estariam lançadas as primeiras idéias culturais e científicas que comporiam um conjunto de instituições de socialização e de produção do conhecimento que nos acostumamos a compreender como estruturas do mundo moderno.

Do ponto de vista epistemológico, de uma filosofia do conhecimento, pode-se dizer que o primado da razão e da luz, naquele tempo/espço estabeleceu-se a partir de idéias literárias e científicas Renascentistas. Séculos após, o pensamento iluminista (humanista moderno) europeu está pautado em processos significantes de transformações no setor de produção, mas também dos estilos de consumo de grupos sociais burgueses. Entre os séculos XVII e XIX as Revoluções Científicas, Burguesas conduziram o imaginário coletivo para a adoção de uma perspectiva racional de *progresso*, cuja tônica dar-se-ia pelo desenvolvimento técnico e burocrático, de produção e científico das sociedades européias modernas e da América do Norte no século XIX, ainda o pensamento racional. Para Narodowski: *a revolução industrial necessita tornar suas a física de Galileu, os princípios matemáticos newtonianos, a química de Lavoisier e a astronomia de Kepler, pois são esses os princípios teóricos que se encontram em condições de acudir para resolver as questões de tecnologia aplicada que irão se suscitando com base nos problemas gerados pela produção de mercadorias em grande escala. Os fundamentos dessas ciências haviam preexistido a seu uso tecnológico concreto durante dois séculos, mas foi necessário que um sujeito social - nesse caso, a burguesia industrial européia - pudessem absorvê-los e ressignificá-los de um modo particular e conforme suas necessidades históricas (p.2).*

O mundo Ocidental gradativamente passou a substituir a fé, as trocas simbólicas graciosamente vindas das dádivas da natureza, ou vindas de dádivas da Igreja pela ordem política, cultural, científica e de trabalho do projeto de modernidade fundamentado no contrato social entre homens livres visando o bem comum. As representações da pedagogia moderna estão nesse espaço/tempo de idéias das primeiras descobertas de um humanismo europeu que aos poucos romperia com o humanismo católico. Na verdade desde os *Trezentos e Quatrocentos*, segundo Manacorda (1992), a sociedade ensaiava mudanças, pois já estavam instalados os alicerces da modernidade, por exemplo, o progresso científico vindo das primeiras Escolas que originaram as primeiras Universidades, em 1300,

¹ Fonte: www.portaleducacao.com.br

mesmo essas tendo sido orientada pelo catolicismo. É esse o marco temporal que repousavam os primeiros mestres livres, localizados em cidades comunais que protagonizaram a instrução dos artesãos e mercadores, da aprendizagem matemática pelos livros de contabilidade, cuja prática pedagógica livre visava à formação escolástica e ainda a profissionalizante. Estaria nesse período, sobretudo o *espírito do humanismo moderno* (Capítulo VI a VII), um humanismo que, segundo Manacorda, fazia

“autocrítica dos seus aspectos pedantescos e fossilizantes, ligados ao mero culto formal das letras e das palavras, ao novo conformismo gramatical e estilístico (...) amplia-se o próprio quadro de atenção das palavras às coisas, do mundo antigo à atualidade, ou como diz Machiavelli, da ‘continua lição dos antigos’ à ‘observação da realidade efetiva’ e interferem autorizadamente junto ao poder político para sugerir uma nova e diferente organização da cultura e da instrução (p.185).

Para Sacristán (1999) a educação é tida como ideal de progresso. Como utopia de modernidade cultural e material, a educação ganha discussão central em meio intelectual, cuja defesa pela escolarização das massas em bases da ciência era o mote para as sociedades modernas alcançarem a melhoria nas condições produtivas e de existência. Portanto, tornou-se uma perspectiva da sociedade entre os séculos XVII a XIX alcançar o ideal de universalização da educação como pressuposto de avanços nos conhecimentos técnico-científicos, mas também no desenvolvimento tanto material quanto espiritual da humanidade. (p.151).

A Educação na Modernidade: algumas ideias

Objetivamos nesse trabalho demonstrar as raízes/relações históricosociais do pensamento pedagógico moderno. A história das idéias pedagógicas associa-se à idéia de progresso pela via da educação como fator de desenvolvimento social, que se daria pela inclusão dos indivíduos, obviamente respeitando um sistema de hierarquização nos processos de produção capitalista, (industrialização). A racionalização das estruturas (instituições burocráticas) dependia da disseminação de idéias que consolidariam um imaginário coletivo de progresso pelo avanço técnico-científico. Assim, a Educação Geral ou Profissionalizante passaram a ser uma “atividade instrucional e instrumental” universalizada para atender os trabalhadores livres e filhos, mas não como prática social formadora de homens partícipes do projeto societário moderno.

Gadotti (2001), em seu livro sobre as idéias pedagógicas, ressalta que o período compreendido como predominante de uma pedagogia moderna (Capítulo 6) representa um estágio em que a educação se configuraria na perspectiva de caráter intencional ou instrucional. Um processo sociocultural de muitas mudanças nas instituições tradicionais, pois o que era ensinado em muitos locais fora considerado obsoleto ou tendencioso, uma vez que no início a educação intencional esteve a serviço da classe dominante, o clero e a monarquia.

Na visão de Moacir Gadotti a mudança deu-se por descobertas dos primeiros humanistas mais desapagados do humanismo católico, tais como os ligados às ciências, dentre outros, René Descartes e a sua grande obra o “Discurso do Método”, que remete aos quatro grandes princípios, tais como: “jamais tomar alguma decisão sem conhecê-la evidentemente como tal; dividir todas as dificuldades quantas vezes forem necessários antes de resolvê-las; organizar os pensamentos começando pelas mais simples até as mais difíceis; e fazer uma revisão geral para não omitir nada”. Essas premissas de Descartes constituem hoje como uma visão científica que pode ser relativizada, porque estando fora do contexto natural ou social daquela época, na atualidade podemos flexibilizar com mais outros princípios metodológicos, o que nos leva a crer que de acordo com

os demais fundamentos científicos das diversas áreas das ciências naturais, o paradigma cartesiano não serve como único modelo analítico.

Em Manacorda (1992) estão entre os séculos XVI e XVIII as idéias que corroboraram para a organização de um pensamento moderno no âmbito da educação. Muitas dessas idéias surgiram em meio a Reforma (Luterana) e a Contra-Reforma Católica, fato que acabou por consolidar alguns conhecimentos sobre ensino e aprendizagem. Não tardou para que os processos educacionais entre os séculos XVII e XVIII balizassem os ensinamentos por meio da adoção de livros e textos literários de, por exemplo, Rabelais, Diderot, Rousseau, Bacon e Locke. Tal literatura contribuiu para a educação das crianças fora da visão disciplinador-moralista, o que propiciou a abertura para uma estrutura pedagógica tal como pressupunha Rousseau em Emílio. Também contribuiu com a propagação de propostas educacionais envolvendo aspectos formativos de natureza mais científica voltada para a instrução-trabalho, como foi o caso da profissionalização dos *droguistas*, *herboristas*, *contadores* e *boticários*, por exemplo.

Em Libâneo (1992), o protagonista do pensamento pedagógico moderno está representado por João Amos Comênio, do século XVII. Como pastor protestante, ligado aos ensinamentos de seu rebanho, interessou-se pela teoria didática ao associar processos de ensino aos de aprendizagem. Ele ficou reconhecido pela obra *Didacta Magna*, tida não apenas como um método pedagógico para ensinar com rapidez as letras e às ciências, mas, sobretudo, como uma obra de princípios pedagógicos, psicológicos e filosóficos. Libâneo remete as idéias de Comênio tangenciando um período de avanços no campo da Filosofia e das Ciências, como as grandes transformações nas técnicas de produção, em contraposição às *“idéias conservadoras da nobreza e do clero. O sistema capitalista, ainda insuficiente, já influenciava a organização da vida social, política e cultural (...) a Didática de Amos Comênio se assentava nos seguintes princípios: 1) a finalidade da educação é conduzir à felicidade eterna com Deus, pois é uma força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria (...) o homem deve ser educado de acordo com o seu desenvolvimento natural (...) a assimilação de conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica (...) o método intuitivo consiste, assim, na observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas, para o registro das impressões”* (p. 58)

Segundo Gadotti (2001) a idéia central de Comênio era a de que: *a escola ao invés de ensinar palavras, deveria ensinar o conhecimento das coisas*. Na visão de Manacorda (1992) no plano do pensamento pedagógico e da prática didática, o mérito de Comênio estivera na pesquisa e na valorização de todas as metodologias de ensino que na atualidade chamaríamos de método ativo e que desde os primeiros passos do humanismo começaram a ser experimentadas.

Neste contexto, é que John Loke é tido como um dos importantes pensadores da política e da sociedade moderna, combatendo o inatismo, segundo Manacorda, ele disse que *nada existe em nossa mente que não tenha origem em nossa própria mente*. Por isso valorizava a educação das crianças, na medida em que ele entendia ser essa prática educativa infantil uma forma de preparar os adultos, que poderiam ser profissionais ou dirigentes, o que para Locke remetia a presença do professor numa ação ativa sobre a mente do educando. Para Manacorda *“o espírito das novas classes dirigentes encontrava sua expressão no pensamento de Locke que se preocupava com a educação do gentleman (...) quanto às classes populares, ele se preocupava em prover as crianças, que viviam dos subsídios paroquiais com base na lei de pobres, com escolas tradicionais que preparavam para as atividades relacionadas com a indústria fundamental do país”* (p.225).

Para Moacir Gadotti, o pensamento pedagógico moderno caracterizava-se pelo realismo, o que pressupunha a universalização da educação para manter o funcionamento das estruturas racionais. Assim, as idéias de Francis Bacon dividem as ciências e ainda ressaltavam que *saber é poder sobre tudo*.

Ainda, no dizer de Gadotti, de *“humanista a educação tornou-se científica (...) o conhecimento só tinha valor quando preparava para a vida e para a ação”*. (p.154). O século XVII traria a luta das camadas populares pelo acesso à escola, portanto, a classe trabalhadora que surgia como livre para vender a sua força de trabalho, podia e devia ter um papel na mudança social. Também neste período, surgiram várias ordens religiosas católicas que se dedicavam à educação popular. Muitas dessas escolas ofereciam ensino gratuito na forma de internato. Tratava-se de uma educação filantrópica e assistencial.

Tangenciando o século XIX e início do século XX, por lá o positivismo comtiano (Comte) e spenceriano (Spencer) era focado na produção dos homens europeus e brasileiros de ciência, letras e filosofia. A missão desses homens primava pela organização das instituições sociais e políticoburocráticas de ensino-pesquisa. Após algumas buscas em autores e dicionários da área de ciências humanas e sociais, percebemos que, embora muitos dos *“Homens de ciência e da política”* tivessem se apoiado em Stuart Mill, H. Spencer e C. Darwin, foi principalmente em August Comte onde eles encontraram a matriz de suas formulações empírico-teóricas, que sustentaram a pesquisa e ensino das Escolas positivistas do Brasil.

No Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1986) encontra-se a explicação sobre a obra de Comte, segunda a qual ele chegou à Lei da Classificação, especulando sobre uma visão paradigmática de ciências, ordenadamente compreendida em termos de uma crescente complexidade, indo da matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia à moral.

Pode-se destacar como um aspecto interessante na lógica de Comte o fato dele considerar que algumas ciências complexas, como a biologia, possuíam laços estreitos com a matemática, a química, a sociologia e a moral. No entanto, os laços que as uniam só poderiam ser explicados cientificamente pela *“superioridade”* de alguns fenômenos em relação aos outros, considerados inferiores. Segundo Comte, não se reduz a sociedade apenas pelo viés da economia política ou a elucubrações metafísicas; metodologicamente a racionalidade positiva se instala no raciocínio dedutivo-indutivo, daí vimos germinar o *experimentalismo*. Para Comte, portanto, é necessário *“induzir para deduzir a fim de construir. A construção constitui a síntese total dos conhecimentos humanos”* (p.938).

A partir das informações do Dicionário, pudemos constatar que Comte acreditava no progresso científico como um fator distintivo da Modernidade e as suas instituições, pois pressupunha que corroboraria, entre outras coisas, para o progresso da indústria e do comércio com vistas à continuidade da vida humana. Naquela época Comte entendia que *“o espírito positivo e a noção de humanidade poderão criar uma comunhão intelectual que dê novas bases à condição humana. Cheio de otimismo, ele propõe a instituição de um comitê positivo, destinado a organizar a república ocidental, o que corresponde hoje à comunidade européia”* (p.938).

Muitos teóricos, literatos e cientistas contribuíram para o pensamento pedagógico moderno nas sociedades Ocidentais, contudo neste trabalho tratamos a nossa abordagem a partir de uma breve história das idéias.

No Brasil e no mundo Ocidental como um todo, para Libâneo as idéias pedagógicas de Comênio, Rousseau, Locke e outros formaram a base do pensamento pedagógico europeu moderno, difundido depois por todo o mundo, demarcando as concepções pedagógicas que hoje são conhecidas como Pedagogia Tradicional e Pedagogia Renovada. Mas a pedagogia Renovada agrupa correntes

que advogariam pela renovação da Pedagogia Tradicional. A pedagogia ocidental de meados e fins do século XIX resolveria os problemas colocados pelas discussões com as distintas alternativas e se encaminharia a configurar naquela época o futuro das disciplinas e campos de estudo pedagógico da escolarização. Nesse processo de uma pedagogia que inicia na modernidade, as experiências e teorias precursoras originárias nos três séculos (XVI, XVII, XVIII) deram características típicas à consolidação da pedagogia moderna instalada no século XIX e XX, mas que ainda têm representações em pleno século XXI.

A Escola Nova no Brasil (defendida por Anísio Teixeira) e na América do Norte teve muita influência de John Dewey (1859-1952), que fora um educador e filósofo americano motivado pelo movimento de renovação da educação. Ele teve inspirações nas idéias de Rousseau, por exemplo. No entendimento de Dewey a escola não é uma preparação para a vida social e produtiva, é a própria vida, é o resultado da interação entre a vida do indivíduo e a experiência de estar vivendo. Segundo Libâneo (1992) tal inspiração deveu-se pela abordagem de ensino centrada numa concepção nova baseada nas necessidades e interesses imediatos das crianças. A luta de Rousseau se contrapunha as práticas escolares moralistas, disciplinadoras e de memorização baseada na educação da Idade Média, cuja objetividade era voltada para o poder da religião se infiltrando nas diversas esferas da vida social.

Para Manacorda “a emancipação das classes populares e das mulheres e expansão da instrução seguem, pois, *pari passu*”. Nesse contexto, os sujeitos exigiam mudanças nas condições sociais para criação de sistemas de ensino e instrução gratuitos e laicos. A relação *educação-sociedade* pressupunha dois aspectos fundamentais “na prática e na reflexão pedagógica moderna: o

primeiro é a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional, que tenderia para todos (...) o segundo foi à descoberta da psicologia infantil com as suas experiências ‘ativas’” (p.305). Então a “nova escola” moderna estaria no século XIX e XX centrada nas possibilidades de preparar homens para o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas da Revolução Industrial, onde a idéia de investir na educação da criança exaltaria a natureza espontânea (Rousseau viu isso) para que a sua psique ao longo da escolarização aderisse à perspectiva de uma valorização de instrução para a revolução democrática e científica. A pedagogia moderna caminhou com a idéia de uma nova escola que, por conseguinte, seria um laboratório da pedagogia ativa, uma contribuição do positivismo e do pragmatismo científico que tal dogma (corrente filosófica) preconizaria contra a doxa (popular). A “instrução pública” ou a “educação popular” se convertem nos conceitos que farão referência a esta nova fase, já definitivamente consolidada, da escolaridade moderna.

Todo o enfoque de caráter mais histórico e social aqui abordado caracteriza-se como uma tentativa de demonstrarmos algumas das influências de idéias que circulavam na sociedade Ocidental daqueles séculos para a organização do pensamento pedagógico moderno. O estudo dos fundamentos da educação vale para que possamos compreender que mesmo na alta modernidade do século XXI ainda se fazem presentes nos processos instrucionais do ensino superior algumas concepções e ações didático-pedagógicas cunhadas nas bases das Revoluções científicas e sociais.²

Vejamos agora algumas correntes pedagógicas do pensamento moderno.

Pensamento Pedagógico Iluminista

A Idade Moderna (453-1789), período no qual predominou o regime absolutista, que concentrava o poder no clero e na nobreza, teve fim com a Revolução Francesa que já se encontrava no discurso

dos grandes pensadores e iluministas (ilustrados-enciclopedistas) contra o obscurantismo da Igreja e a prepotência dos governantes.

Destaques Iluministas- JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778)-Inaugurou uma nova era na história da educação, constituindo um marco entre a velha e nova escola, suas obras são lidas até hoje: Sobre a desigualdade entre os homens, o Contrato Social e Emílio. Cabe a Rosseau a relação entre a educação e a política. Centraliza pela primeira vez o tema da infância na educação. A partir dele a criança não seria mais considerada um adulto em miniatura, considerando ainda que a criança nasce boa, o adulto com sua falsa concepção, é que perverte a criança. Coloca o autor que o século XVIII é político-pedagógico por excelência, pois neste momento as camadas populares reivindicam ostensivamente mais saber e educação pública. Pela primeira vez o estado instituiu a obrigatoriedade escolar (Prússia 1717).

Na Alemanha cresce a intervenção do Estado na educação, criam-se Escolas Normais, princípios e planos que desembocam na grande revolução pedagógica nacional francesa no final do século. Foi durante os seis anos de Revolução Francesa que se discutia formação do cidadão através de escolas. A escola pública é filha da revolução francesa. Mesmo assim, com o intuito de ser para todos, ainda era elitista: Só os mais capazes podiam prosseguir até a universidade. O iluminismo procurou libertar o pensamento da repressão, acentuou o movimento pela liberdade individual buscando refúgio na natureza: O ideal da vida era o “bom selvagem”, livre de todos os condicionamentos sociais. É evidente que essa liberdade só podia ser praticada por uns poucos, aqueles que, de fato, livres do trabalho material, tinham sua sobrevivência garantida por um regime econômico de exploração do trabalho.

A idéia da volta ao estado natural do homem é demonstrada pelo espaço que Rosseau dedica à descrição imaginária da sociedade existente entre os homens primitivos, usando como exemplo os índios que viviam nas Américas. A educação não deveria apenas instruir, mas permitir que a natureza desabrochasse na criança; não deveria reprimir ou modelar. Assim, Rosseau é o precursor da escola nova, que inicia no século XIX e teve grande êxito na primeira metade do século XX, sendo ainda hoje muito viva, tendo influenciado educadores da época como Froebel. É de Rosseau a idéia de dividir a educação em três momentos: o da infância (idade da natureza - até 12 anos), o da adolescência (idade da força, da razão e das paixões- 12 aos 20 anos) e o da maturidade (idade da sabedoria e do casamento dos 20 aos 25 anos). É através de Rosseau que a escola passa do controle da Igreja para o Estado. Foi através do crescente poder da sociedade econômica que a burguesia estabeleceu o controle civil, não religioso da educação.

Exigências populares fizeram parte da Revolução francesa, entre elas um sistema educacional, a Assembléia Constituinte de 1789 elaborou o projeto de CONDORCET (1743-1794) que propôs o ensino universal para eliminar a desigualdade. Porém a educação proposta não era exatamente a mesma para todos, pois considerava a desigualdade natural entre os homens. Condorcet foi partidário da autonomia do ensino: cada indivíduo deveria conduzir-se por si mesmo, era ardoroso defensor da educação feminina para que as mães pudessem educar seus filhos. Ele considerava as mulheres mestras naturais. A educação impulsionada pela Revolução Francesa, através da burguesia tinha clareza do que queria da educação: trabalhadores com formação de cidadãos participes de uma nova sociedade liberal e democrática. No final a própria revolução recuou o programa de educação universal criada por ela mesma.

O idealizador dos jardins de infância foi FROEBEL (1782-1852). Para ele o desenvolvimento da criança dependia de uma atividade espontânea (o jogo), uma atividade construtiva (o trabalho manual) e um estudo da natureza. Através da expressão corporal, o desenho, o brinquedo, o gesto, enfim a auto-atividade representava o

² Fonte: www.ia.ufrj.br

método e a base de toda a instrução. Froebel inspirou fabricantes de brinquedos, bem como a expansão de jardins de infância fora da Europa. John Dewey, um dos fundadores do pensamento escalonista, também foi por ele influenciado.

Mas nesta escola européia, a burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução mínima, para a massa trabalhadora, sendo que a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado.

EMANUEL KANT, alemão, (1724-1804) outro grande teórico que obteve nesse período reconhecimento, foi Descartes sustentando que todo o conhecimento era inato e Locke que todo saber era adquirido pela experiência. Kant supera essa contradição, mesmo negando a tória platônico-cartesiana das idéias inatas, mostrou que algumas coisas eram inatas, como a noção de tempo e espaço, que não existem como realidade fora da mente, mas apenas como formas para pensar as coisas apresentadas pelos sentidos. Kant era um admirador de Rousseau, acreditava que o homem é o que a educação faz dele através da disciplina, da didática, da formação moral e da cultura.

Kant (descobriu o que a ciência moderna considera como aculturação, socialização e personalização) não considerava espaço, tempo, causalidade e outras relações como realidades exteriores. Outros filósofos como HEGEL (1770-1831) acabaram negando a existência de qualquer objeto fora da mente: é o idealismo subjetivo e absoluto que mais tarde será rebatido por Karl Marx. Para Kant era o sujeito que devia cultivar-se, civilizar-se para assim responder à natureza. Assim para atingir a perfeição o homem precisa de disciplina, que domina as tendências instintivas, da formação cultural, da moralização, que forma a consciência do dever e da civilização como segurança social. Kant era menos otimista que Rosseau, sustentava que o home não pode ser considerado inteiramente bom, mas é capaz de elevar-se mediante esforço intelectual contínuo e respeito às leis morais.

PESTALOZZI (1746-1827) desejava a reforma da sociedade através da educação das classes populares, mas ele não foi apenas um teórico, pois ele mesmo colocou-se a serviço de suas idéias criando um instituo para crianças órfãs das camadas populares, onde ministrava uma educação em contato com o ambiente imediato, seguindo objetiva, progressiva e gradualmente um método natural e harmonioso. Mas ele fracassou em seu propósito, não obteve os resultados esperados, mas suas idéias são debatidas até hoje e algumas foram incorporadas à pedagogia contemporânea.

HERBART (1776-1841) foi professor universitário, mais teórico do que prático, é considerado um dos pioneiros da psicologia científica. Dividiu o processo de ensino em quatro passos formais:

- 1º) Clareza na apresentação do conteúdo(demonstração do objeto);
- 2º) Associação de um conteúdo com outro assimilado anteriormente pelo aluno(etapa da comparação);
- 3º) Ordenação e sistematização dos conteúdos(etapa da generalização);
- 4º) Aplicação a situações concretas dos conhecimentos adquiridos(etapa da aplicação);

E ainda os objetos deveriam ser apresentados segundo os interesses dos alunos e segundo suas diferenças individuais, por isso seriam múltiplos e variados.

Embora a doutrina francesa tenha ascendido com idéias de liberdade, para a burguesia nascente a liberdade servia para outro fim: a acumulação de riqueza. Se de um lado havia a idéia dos iluministas intelectuais que fundamentavam a noção de liberdade na própria essência do homem, de outro lado a burguesia entendia como a liberdade em relação aos outros homens. Surge a idéia da livre iniciativa sempre associada a idéia de liberdade. Para os libe-

rais os homens tem diferentes níveis de riqueza, pois são diferentes, pois basta ter talento e aptidão, associados ao trabalho individual, para adquirir propriedade e riqueza.

Embora constituída de grandes idéias, a nova classe mostrou muito cedo, ao apagar das luzes das Revoluções de 1789, que não estava de todo sem eu projeto a igualdade os homens na sociedade e na educação. Uns acabaram recebendo mais educação do que outros. Aos trabalhadores diriam ADAM SMITH (1723-1790), economista político burguês, será preciso ministrar educação apenas em conta-gotas. A educação popular deveria fazer com que os pobres aceitassem de bom grado a pobreza, como afirmara o PESTALOZZI. Assim, essa concepção dualista: à classe dirigente a instrução pra governar e à classe trabalhadora a educação para o trabalho, dando origem no século XIX ao pensamento pedagógico positivista.³

No Pensamento Pedagógico Iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778) resgata a relação entre a educação e a política. Centraliza, pela primeira vez, o tema da infância na educação.

A partir dele, a criança não seria mais considerada um adulto em miniatura: ela vive em um mundo próprio que é preciso compreender.

A criança nasce boa, o adulto, com sua falsa concepção da vida, é que perverte a criança.

No pensamento pedagógico Positivista Augusto Comte e Karl Marx foram dois expoentes, a tendência científicista ganhou força na educação como desenvolvimento da sociologia em geral, e da sociologia da educação. Um dos principais teóricos da sociologia da educação foi Emile Durkheim.

Pensamento Pedagógico Positivismo

Comte foi o pai do Positivismo, corrente filosófica que busca explicar as leis do mundo social com critérios das ciências exatas e biológicas. Foi também o grande sistematizador da sociologia, dividindo a sociologia em duas áreas: a estática social e a dinâmica social.

“No entender de Comte, a sociedade apresenta duas leis fundamentais: a estática social e a dinâmica social. De acordo com a lei da estática social, o desenvolvimento só pode ocorrer se a sociedade se organizar de modo a evitar o caos, a confusão. Uma vez organizada, porém ela pode dar saltos qualitativos, e nisso consiste a dinâmica social. Essas duas leis são resumidas no lema ‘ordem e progresso’” (VASCONCELOS apud LAGAR et al., 2013, p. 18)

A defesa do Positivismo é de que somente o conhecimento científico é verdadeiro, não se admitindo como verdades as afirmações ligadas ao sobrenatural, à divindade. Relacionado ao último caso, Comte chegou a criar uma nova ordem espiritual, onde a divindade não seria venerada, somente a humanidade. A sua inspiração para originar essa nova ordem espiritual veio da disciplina e da hierarquia católica, mas, ao mesmo tempo, a sua concepção era totalmente dissociada de todas as religiões cristãs. Essa concepção nasceu do fato de ele considerar a humanidade como sendo uma entidade unitária, cuja por ele batizou-se de Grande Ser.

As suas observações o levaram a definir três estágios pelos quais a sociedade tende a passar: o teológico, o metafísico e o positivo ou científico. Estágio teológico é aquele onde as explicações aos fenômenos até então desconhecidos são atribuídas à divindade, ao sobrenatural. Metafísico é o estágio onde o ser humano procura explicar as coisas através de fenômenos naturais, ou seja, a natureza é autossuficiente para explicar as suas próprias manifestações. Já o Positivo ou Científico, é o estágio onde as explicações, as verdades absolutas, advêm exclusivamente da ciência.

³ Fonte: www.webartigos.com

ALFABETIZAÇÃO

Aspectos conceituais e usos funcionais da escrita, psicogêneses da escrita, fatores psicossociais e linguísticos na aquisição da leitura e da escrita, metodologias da alfabetização. O processo de letramento. 01

ASPECTOS CONCEITUAIS E USOS FUNCIONAIS DA ESCRITA, PSICOGÊNESES DA ESCRITA, FATORES PSICOSOCIAIS E LINGÜÍSTICOS NA AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA, METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO. O PROCESSO DE LETRAMENTO.

CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA SOCIOINTERACIONISTA.

A leitura é muito importante na vida de qualquer ser humano, independente de série ou nível, sabe-se que não resume-se apenas em decifrar letras, palavras, frases e texto, mas atribuir-lhe um significado.

Hoje para uma pessoa ser considerada alfabetizada tem que ser capaz de ler as entrelinhas e criar relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos. (PCN, 1998, p.76). Nesse sentido criou-se então um novo conceito para aqueles que foram à escola e passaram menos de quatro anos e que são capazes de escrever seu próprio nome ou ler e escrever um bilhete simples, sem saber fazer uso da leitura e da escrita, divulgou-se, então o conceito de analfabetismo funcional, pois para que uma pessoa seja considerada alfabetizada essa terá que ser capaz de alcançar propósitos numa sociedade que se faz essencial para o exercício da cidadania., pois estas já estão inseridas no mundo letrado mesmo com ajuda de outras pessoas, por exemplo quando recebem uma carta ou bilhete e pedem para outras pessoas lerem para compreenderem a mensagem, ou assistem a um programa de televisão para manter-se atualizado com o mundo.

Esse é um assunto que vem sendo discutido desde a década de 80 por especialistas e pesquisadores da educação, pois uma criança ou adulto ao chegarem à escola já sabem muito sobre a escrita mesmo sem saber ler, sabe-se também que a escola é uma comunidade e por isso chegando até ela a criança terá que acostumar-se com normas e aprender a viver em conjunto. Vygotsky e Piaget dizem: é na relação com o outro que o homem constrói e reconstrói seu conhecimento. Diante dessa teoria é que se pode dar conta do papel da escola e do professor enquanto mediador do processo educativo. Pois, assim como ler, escrever é um processo de construção e reconstrução de sentidos em relação ao que se vê, ao que se ouve, sente e pensa. Para Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, as crianças não deveriam mais ler textos como os trazidos pelas cartilhas, e sim placas de ruas, folhetos de propaganda, jornais, revistas, instruções de jogos e histórias em quadrinho, entre outros materiais que fazem sentidos para elas – os chamados textos reais.

A cartilha era e ainda é usada como um método de ensino nas séries iniciais na qual se aprende a decodificar e soletrar sílabas e palavras soltas, dificultando assim a verdadeira leitura, é notável que esse método não tem preocupação nenhuma em formar verdadeiros leitores, pois só trabalha com palavras soltas não valorizando o significado do texto e nem obedecendo às exigências sociais. É comum encontrar nesse tipo de livro os alfabetos de letras maiúsculas e minúsculas de impressas e de letras cursivas, observa-se que o principal objetivo é ensinar o método de soletração mais comuns, como consoante-vogal, vogal-consoante, consoante-consoante-vogal. Paulo Freire dizia que: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

“Diante dessa concepção nota-se que o professor deve usar práticas escolares que ajudem os alunos a refletir enquanto aprende e a descobrir e experimentar o sistema da escrita e vivenciar essas práticas como cidadãos letrados.”

Nessa perspectiva nota-se que o aluno não vai à escola vazio, ele leva consigo seus conhecimentos assistemáticos que o fazem sentir-se um ser social, pois todo conhecimento novo parte de um conhecimento anterior, cabendo ao professor utilizar-se dessa ferramenta e explorá-la em sala de aula, incentivando e procurando novas práticas de leitura e escrita em diferentes gêneros textuais unindo o conhecimento de mundo e o da palavra ajudando assim o educando a entender o contexto em que vive, pois é nessa etapa que os alunos desenvolverão a criatividade e o senso crítico tornando-se verdadeiros leitores e escritores. Analisar o nível de conhecimento dos alunos, antes do processo de alfabetização, é um requisito indispensável ao sucesso da metodologia utilizada pelo professor, segundo Emilia Ferreiro. Ao identificar em qual etapa do processo o aluno se encontra, os conhecimentos que ele já trazem e o seu repertório de vida, o educador tem condição de melhor selecionar suas estratégias de ensino aplicando metodologia eficaz e eficiente através da promoção de práticas sociais da leitura e da escrita.

O professor como desencadeador do processo de aprendizagem sistemática do ler e escrever.

Para ser um professor desencadeador do processo de aprendizagem sistemática do ler e do escrever, como destaca Emilia Ferreiro, é preciso romper com a imagem medíocre que se tem do aluno. Tem-se uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzi-los a um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento... há atrás disso um sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações. É impressionante como muitos professores ainda usam os métodos tradicionais, método silábico para alfabetizar crianças e adultos, colocando o aluno como sujeito da aprendizagem, propondo atividades mecânicas como cópias e junção de sílabas. É preciso criar situações em que o aluno tenha contato com o texto, que ele descubra o seu significado, pelo contexto, pela imagem e pelas palavras que conseguem ler, dessa maneira ele será estimulado pelo desafio e descobrirá o significado e a relação estabelecida do texto com o mundo.

Nessa concepção nota-se que ler e escrever é muito diferente de falar e compreender a fala, porque não se escreve do mesmo jeito que se fala, pois os fonemas existem desde que existe a linguagem humana... ou seja esse processo era visto como sistematização uma junção entre fonemas e grafemas. Então nota-se que o significado da palavra leitura vai muito além de juntar letras. Graça Paulino e outros pesquisadores (2001, p.11-2), ao discutirem o conceito de leitura, partem da etimologia da palavra ler, que vem do latim *legere*. Na origem do vocábulo, encontram-se três significados: primeiro, ler significa soletrar, agrupar as letras em sílabas, trata-se do período de alfabetização; segundo, ler está relacionado ao ato de colher, a leitura passa a ser busca de significados no interior do texto, significados já existentes; e o terceiro e último sentido apontado vincula o ler ao roubar, isto é, o leitor tem a responsabilidade de tirar do texto sentidos que estavam ocultos, que não tinham autorização para aparecer.

No primeiro significado da palavra nota-se a relação com a alfabetização período em que o sujeito tem o primeiro contato com a escola e o mundo letrado. É importante ressaltar que a escola é a primeira encarregada da alfabetização e letramento, que não é mais aquele lugar onde só se vai aprender a decodificar e transcrever palavras. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas de textos que circulam socialmente. (PCN, 1998, p.30).

Assim como a cultura a língua também muda e uma das suas mudanças foi a chegada dos gêneros textuais nas escolas, porém havendo algumas confusões na forma de trabalhar, pois além de explorar suas características é preciso discutir por que e para quem se escreve, não trabalhando apenas com o conteúdo mas com sua estrutura e funções e sua utilização na sociedade.

Nesse sentido é preciso que o aluno torne-se um ser em ação, que aprende que constrói e reconstrói seu conhecimento, elaborando suas hipóteses e estratégias ganhando autonomia e habilidade para melhorar a leitura e a escrita, descobrindo-se leitor capaz de decifrar o código escrito, reconhecendo letras, sílabas, palavras, frases, parágrafos, o texto em si, havendo assim

uma interação entre o leitor e o texto. Para que isso aconteça é preciso que o educador propicie um ambiente acolhedor e adequado principalmente na sala de aula criando um cantinho de leitura, com estantes baixas, mesas e cadeiras adequadas ao tamanho dos alunos e o acervo de livros deve ser bem variado, depois leva-los a outros lugares como a biblioteca e a sala de leitura,

A leitura e escrita na Alfabetização

Na verdade, o processo de alfabetização começa quando o sujeito se ver envolvido com a exigência do saber ler e escrever para resolver situações cotidianas. Ao mesmo tempo que vão compreendendo seus significados, vão compreendendo a função da escrita no dia-a-dia: escrever para anotar recados, as compras da feira ou supermercado, para dar notícias a um parente distante, preencher cheques, formulários etc.

Com o tempo nota-se que certas práticas de leitura e escrita já não são suficientes para o sujeito atuar no mundo letrado, pois a complexidade de nossa sociedade faz com que surjam as mais variadas práticas de uso da língua escrita. Soares (2003) supõe que os saberes aprendidos dentro e fora da escola são assimilados de maneiras diferentes e devem ser levados em conta quando pensamos em educação e, de modo mais específico, quando se trata de conhecimento de língua.

O professor deve garantir que as práticas escolares ajudem a refletir enquanto aprende e a descobrir os prazeres e ganhos que se pode experimentar quando a aprendizagem do sistema de escrita é vivenciado como um meio para, independentemente, exercer a leitura e a escrita dos cidadãos letrados. Para que isso aconteça é preciso que a criança aprenda a ler lendo, a escrever escrevendo, que ela esteja em um ambiente alfabetizador que permita que ela leia o mundo, e que esse mundo tenha um sentido.

“Aprender a ler como se a leitura fosse um ato mecânico, separado da compreensão, é um desastre que acontece todos os dias. Estudar palavras soltas, sílabas isoladas, ler textos idiotas e repetir sem fim exercícios de cópia, resulta em desinteresse e rejeição em relação a escrita.” (Carvalho 2002)

Sabe-se que é no período da alfabetização que as crianças são desafiadas, a pensarem sobre a escrita e o que ela representa na sociedade. Já o desafio do professor é maior, pois vai além de ensiná-los a ler e escrever é preciso criar mecanismos que proporcione e que envolvam práticas sociais de leitura e escrita, pois além de alfabetizar, é preciso também criar situações de letramento, pois além de saber decifrar o código escrito é preciso que o aluno entenda para que, para quem e por que o texto foi escrito, e também qual a função dos diferentes tipos de textos, e como eles se desempenham nos contextos sociais em que circulam, investindo assim na construção da cidadania e considerando a leitura como uma ferramenta importante para conhecer e compreender o mundo.

Assim nota-se a importância da escola na vida do cidadão, mesmo existindo essa diferença de conhecimentos, cabe ao professor fazer a junção desses conhecimentos e coloca-los em prática. Para isso é preciso que se proponha trabalhos com diferentes gêneros que circulam na sociedade, jornais, cartas, fábulas, lendas, informes publicitário, receitas, convites, poesias, cantigas, parlendas..., pois a criança aprende como são usados os diversos materiais de leitura e o propósito comunicativo de cada um, tendo como base para o trabalho as situações enfrentadas no seu dia-a-dia, atendendo assim as exigências da sociedade.

Apesar das discussões sobre o ensino da leitura e da escrita nas séries iniciais é possível notar as concepções de ensino nas quais fundamentam suas práticas. Assim sendo alfabetizar é decodificar a língua escrita, enquanto letrar é usar a língua escrita em várias situações e práticas sociais. Diante de toda pesquisa realizada é possível comprovar que se possa alfabetizar letrando, começando desde a educação infantil como mostra esse estudo. Ao alfabetizar letrando o professor deve criar situações em que as crianças possam pensar sobre a escrita e o que ela representa na sociedade, que a escrita existe e que as pessoas a utilizam em seu convívio social. As observações apresentadas demonstram a necessidade de se abrir um espaço, dentro do ambiente escolar para uma pesquisa sobre o processo de aquisição da escrita. Considerando os estudos para a realização deste artigo, nota-se que a alfabetização é um processo que se desenvolve a partir da análise e reflexão que o aluno faz sobre a língua.

Formação de conceitos no ensino de língua materna: o princípio da funcionalidade

Este artigo começa procedendo a uma sucinta apresentação da perspectiva vygotskiana sobre a formação de conceitos, com ênfase na sua importância para a ação pedagógica. Na sequência, apresenta-se uma visão sobre o trabalho de ensino de português como língua materna a partir de uma experiência vivida em uma escola pública do município de Cruz Alta-RS, no ano de 2004. O problema didático focalizado foi o ensino do emprego adequado dos principais sinais de pontuação. O trabalho conclui buscando estabelecer um elo entre a teoria visitada e a experiência pedagógica relatada, seguido de uma breve síntese final.

Vygotsky e a formação de conceitos

Pensar a construção do conhecimento em língua materna, intenção do presente trabalho, implica considerar como fator determinante de uma reflexão promissora sobre esse assunto, os estudos de Vygotsky sobre a formação de conceitos.

Em sua obra “Pensamento e Linguagem” (1993), o autor apresenta registros de pesquisas sobre como se processa a formação dos conceitos e as etapas que se antepõem a esta efetivação: o chamado pensamento por complexos.

Esse tipo de pensamento caracteriza a diferença entre pensamento infantil e adulto e revela um nível em que não há apenas “impressões subjetivas” (p.53), mas associações baseadas em relações factuais entre os elementos que fazem parte de determinada tarefa. Essa etapa de “pensamento por complexos” é composta por cinco tipos: associativo / coleções / em cadeia / difuso e pseudo-conceito. Cada um deles, mesmo com manifestações diferentes do exercício de conexões, manifesta a elaboração interna no avanço para a construção dos conceitos propriamente ditos.

O próprio autor admite que não só a criança, mas também o adulto, em diversas condições, pensa por complexos, pois não é possível uma pessoa “transmitir” a outra uma forma de pensar acabada. É necessário que dados sejam fornecidos para que o interlo-

cutor forme complexos em torno deles até chegar a um conceito sobre a informação. Isso revela uma atividade complexa que envolve as seguintes funções básicas intelectuais: associação, formação de imagens, atenção, inferência e tendência determinante (existência de uma questão a ser selecionada).

É um processo mediado, de investimento particular, no qual a palavra (signo) desempenha função diretiva, conduzindo as operações mentais e controlando o curso dessas operações:

A formação de conceitos é o resultado de uma atividade complexa, em que todas as funções básicas tomam parte. No entanto, o processo não pode ser reduzido à associação, à atenção, à formação de imagens, à inferência ou às tendências determinantes. Todas são indispensáveis, porém insuficientes sem o uso do signo, como o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos. (Vygotsky, 1993, p.50)

Nesse avanço do raciocínio lógico-abstrato constitui-se um ponto-chave a seqüência “síntese, análise e síntese”, que é a evolução de um pensamento sincrético (baseado em percepções difusas) para um pensamento sintético, com informações organizadas a partir da análise de certa realidade ou características perceptíveis e comprováveis logicamente.

Com base nesses estudos de Vygotsky é possível confirmar o papel da escola e dos educadores na construção do conhecimento. A postura do professor deve ser de investigador, criando desafios que confrontem a vontade e o intelecto do aluno com uma necessidade a ser suprida. A condução da aula conforme os conhecimentos específicos elaborados em cada área de ensino deve proporcionar a elaboração de complexos e a construção de conceitos, respeitando a essência dessa construção na condição humana. Propiciar as etapas da estruturação do conhecimento é ser coerente com essa condição, garantindo o desenvolvimento do ser a partir da elaboração de saberes.

O trabalho com língua materna

Como muitos autores afirmam, cabe à escola, principalmente no que tange à língua portuguesa, capacitar o aluno ao domínio da norma padrão. Mas não como uma subserviência à língua literária, utilizada por autores famosos do passado; e sim como a habilidade geral que permita ao aluno fazer uso de uma linguagem adequada às diferentes circunstâncias do cotidiano. Para isso, o trabalho em sala de aula deve colaborar para que o aluno se torne:

Cada vez mais consciente de que a escolha dos elementos da língua para construir textos não é fortuita, mas regida pela adequação do recurso lingüístico e das instruções de sentido que contém aos propósitos dos usuários da língua em cada situação de comunicação. (Travaglia, 1997, p. 151)

Para isso é inviável uma proposta que trate apenas de exercícios envolvendo nomenclaturas ou que conduza o processo através da exposição oral de idéias prontas sobre determinado tópicolingüístico.

Não seria o caso de descartar o estudo da gramática nas aulas de Educação Básica, mas de empregar uma metodologia que proporcione o exercício das possibilidades gramaticais através do emprego comparativo, seja a partir da análise do respeito a determinadas convenções gramaticais ou na ausência deles. Atividades dessa natureza remetem o aluno à observância dos resultados semânticos obtidos através das seleções de uso feitas em dado contexto, o que conduz à compreensão dos fenômenos envolvidos.

Gentner & Medina (1998) defendem que mesmo entre adultos existe uma mistura do processamento baseado na comparação com o baseado em regras. Afirmam, também que, estando o conhecimento abstrato já constituído, processos de “alinhamento” são necessários para que aconteça o repasse desses conhecimentos para novas situações.

Essa é uma postura reflexiva que usa os efeitos da linguagem para a análise de seu registro escrito, impedindo a falta de compromisso com a busca do padrão sem considerá-lo mera erudição; mas, sim, domínio social, como também evitando o uso exclusivo da nomenclatura, trabalho árduo e infrutífero.

A prática de sala de aula

A aplicação profícua em aula da teoria anteriormente exposta foi comprovada em uma turma composta por 24 alunos, concluintes do Ensino Médio de uma Escola Estadual (EJA) de Cruz Alta no ano de 2004.

Tendo sido constatada, através das produções escritas e de testemunhos dos alunos, insegurança da turma quanto ao emprego dos sinais de pontuação, ao usá-los na maioria das vezes de forma aleatória, sem nenhuma lógica sintática ou semântica, foi proposto, então, um trabalho em que os alunos pudessem refletir sobre o efeito produzido na interpretação de passagens sem pontuação alguma e a dificuldade de atribuir sentido à seqüência de termos da oração.

Sem dúvida, a atividade é simples. Mas promove um processo mental ativo, pois instiga o aluno a experimentar e a buscar saídas na solução de um problema de linguagem, percebendo que os sinais de pontuação não são apenas convenções sintáticas, mas recursos capazes de colaborar significativamente para a compreensão das produções escritas.

Entre as várias situações apresentadas para os alunos estava a conhecida frase “Um fazendeiro tinha um bezerro e a mãe do fazendeiro era também o pai do bezerro.” Não só na busca da significação dessa frase, mas também diante dos demais desafios, ilustrou-se, através da oralização dos alunos e das discussões mantidas com os colegas, o papel interpretativo-crítico, para o professor, de todo o processo conceitual teorizado por Vygotsky, por ocasião do acompanhamento dos alunos no empenho desolucionalar cada questão.

Várias outras atividades foram propostas ao longo do período, envolvendo inclusive os textos dos próprios alunos, os quais, depois de um certo período, revelaram melhor desempenho nesse tópico lingüístico e, principalmente, maior consciência das opções feitas durante a produções em sala de aula.

Pontos de encontro

Viver a gramática em aula independe de grandes projetos. Porém é de fundamental importância que o professor de português seja capaz de reconhecer três fatores importantes nessa ação pedagógica: a) o processo intelectual envolvido no ensino-aprendizagem, no caso, a formação de conceitos; b) a natureza do tópico lingüístico e suas peculiaridades de ensino; e c) a realidade da turma de educandos e todas as características de ação que a variação de realidades implica.

Se a atuação pedagógica for capaz de contemplar essa triangulação, é possível proporcionar o avanço no domínio da língua-padrão através do exercício de um importante aspecto da cognição humana: a formação de conceitos.

Capacitar o aluno de Educação Básica a usar com propriedade a língua padrão é uma tarefa escolar e exige do professor de Português uma reflexão sobre todos os fatores envolvidos no ensino-aprendizagem. A partir da postura crítica sobre a realidade escolar e linguística e do domínio teórico-prático dos processos intelectuais, é possível ao profissional do ensino de línguas construir uma prática reflexiva, tanto para ele como para os alunos, que facilitará o aperfeiçoamento da competência comunicativa de seus tutorados em um trabalho consciente.

Para isso, o docente encontra em Vygotsky e sua teoria na formação de conceitos um suporte fundamental para toda atividade escolar do mesmo gênero daquela que pudemos vivenciar e ora relatamos no presente trabalho.

Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita

Se, no início da década de 80, os estudos acerca da psicogênese da língua escrita trouxeram aos educadores o entendimento de que a alfabetização, longe de ser a apropriação de um código, envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística; os anos que se seguiram, com a emergência dos estudos sobre o letramento, foram igualmente férteis na compreensão da dimensão sócio-cultural da língua escrita e de seu aprendizado. Em estreita sintonia, ambos os movimentos, nas suas vertentes teórico-conceituais, romperam definitivamente com a segregação dicotômica entre o sujeito que aprende e o professor que ensina. Romperam também com o reducionismo que delimitava a sala de aula como o único espaço de aprendizagem.

Reforçando os princípios antes propalados por Vygotsky e Piaget, a aprendizagem se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que vive. Isso quer dizer que, ao lado dos processos cognitivos de elaboração absolutamente pessoal (ninguém aprende pelo outro), há um contexto que, não só fornece informações específicas ao aprendiz, como também motiva, dá sentido e “concretude” ao aprendido, e ainda condiciona suas possibilidades efetivas de aplicação e uso nas situações vividas. Entre o homem e o saberes próprios de sua cultura, há que se valorizar os inúmeros agentes mediadores da aprendizagem (não só o professor, nem só a escola, embora estes sejam agentes privilegiados pela sistemática pedagogicamente planejada, objetivos e intencionalidade assumida).

O objetivo do presente artigo é apresentar o impacto dos estudos sobre o letramento para as práticas alfabetizadoras.

Capitaneada pelas publicações de Angela Kleiman, (95) Magda Soares (95, 98) e Tfouni (95), a concepção de letramento contribuiu para redimensionar a compreensão que hoje temos sobre: a) as dimensões do aprender a ler e a escrever; b) o desafio de ensinar a ler e a escrever; c) o significado do aprender a ler e a escrever, c) o quadro da sociedade leitora no Brasil d) os motivos pelos quais tantos deixam de aprender a ler e a escrever, e e) as próprias perspectivas das pesquisas sobre letramento.

As dimensões do aprender a ler e a escrever

Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização do “B + A = BA”, isto é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas. Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas de leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Com o tempo, a superação do analfabetismo em massa e a crescente complexidade de nossas sociedades fazem surgir maiores e mais variadas práticas de uso da língua escrita. Tão fortes são os

apelos que o mundo letrado exerce sobre as pessoas que já não lhes basta a capacidade de desenhar letras ou decifrar o código da leitura. Seguindo a mesma trajetória dos países desenvolvidos, o final do século XX impôs a praticamente todos os povos a exigência da língua escrita não mais como meta de conhecimento desejável, mas como verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania. Foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o termo “letramento” surgiu, ampliando o sentido do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização (Soares, 2003).

Hoje, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas, respondendo aos inevitáveis apelos de uma cultura grafocêntrica. Assim,

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade (Tfouni, 1995, p. 20).

Com a mesma preocupação em diferenciar as práticas escolares de ensino da língua escrita e a dimensão social das várias manifestações escritas em cada comunidade, Kleiman, apoiada nos estudos de Scribner e Cole, define o letramento como

... um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (1995, p. 19)

Mais do que expor a oposição entre os conceitos de “alfabetização” e “letramento”, Soares valoriza o impacto qualitativo que este conjunto de práticas sociais representa para o sujeito, extrapolando a dimensão técnica e instrumental do puro domínio do sistema de escrita:

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se *Letramento* que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (In Ribeiro, 2003, p. 91).

Ao permitir que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize, confronte, induza, documente, informe, oriente-se, reivindique, e garanta a sua memória, o efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado não necessariamente conquistado por aquele que apenas domina o código (Soares, 1998). Por isso, aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las (ou de associá-las), mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, possíveis, reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural. Em função disso,

Talvez a diretriz pedagógica mais importante no trabalho (...dos professores), tanto na pré-escola quanto no ensino médio, seja a utilização da escrita verdadeira nas diversas atividades pedagógicas, isto é, a utilização da escrita, em sala, correspondendo às formas pelas quais ela é utilizada verdadeiramente nas práticas sociais.

Nesta perspectiva, assume-se que o ponto de partida e de chegada do processo de alfabetização escolar é o texto: trecho falado ou escrito, caracterizado pela unidade de sentido que se estabelece numa determinada situação discursiva. (Leite, p. 25)

O desafio de ensinar a ler e a escrever

Partindo da concepção da língua escrita como sistema formal (de regras, convenções e normas de funcionamento) que se legitima pela possibilidade de uso efetivo nas mais diversas situações e para diferentes fins, somos levados a admitir o paradoxo inerente à própria língua: por um lado, uma estrutura suficientemente fechada que não admite transgressões sob pena de perder a dupla condição de inteligibilidade e comunicação; por outro, um recurso suficientemente aberto que permite dizer tudo, isto é, um sistema permanentemente disponível ao poder humano de criação (Geraldi, 93).

Como conciliar essas duas vertentes da língua em um único sistema de ensino? Na análise dessa questão, dois embates merecem destaque: o conceitual e o ideológico.

1) O embate conceitual

Tendo em vista a independência e a interdependência entre alfabetização e letramento (processos paralelos, simultâneos ou não, mas que indiscutivelmente se complementam), alguns autores contestam a distinção de ambos os conceitos, defendendo um único e indissociável processo de aprendizagem (incluindo a compreensão do sistema e sua possibilidade de uso). Em uma concepção progressista de “alfabetização” (nascida em oposição às práticas tradicionais, a partir dos estudos psicogenéticos dos anos 80), o processo de alfabetização incorpora a experiência do letramento e este não passa de uma redundância em função de como o ensino da língua escrita já é concebido. Questionada formalmente sobre a “novidade conceitual” da palavra “letramento”, Emilia Ferreiro explicita assim a sua rejeição ao uso do termo:

Há algum tempo, descobriram no Brasil que se poderia usar a expressão letramento. E o que aconteceu com a alfabetização? Virou sinônimo de decodificação. Letramento passou a ser o estar em contato com distintos tipos de texto, o compreender o que se lê. Isso é um retrocesso. Eu me nego a aceitar um período de decodificação prévio àquele em que se passa a perceber a função social do texto. Acreditar nisso é dar razão à velha consciência fonológica. (2003, p. 30)

Note-se, contudo, que a oposição da referida autora circunscreve-se estritamente ao perigo da dissociação entre o aprender a escrever e o usar a escrita (“retrocesso” porque representa a volta da tradicional compreensão instrumental da escrita). Como árdua defensora de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas para o sujeito, o trabalho de Emília Ferreiro, tal como o dos estudiosos do letramento, apela para o resgate das efetivas práticas sociais de língua escrita o que faz da oposição entre eles um mero embate conceitual.

Tomando os dois extremos como ênfases nefastas à aprendizagem da língua escrita (priorizando a aprendizagem do sistema ou privilegiando apenas as práticas sociais de aproximação do aluno com os textos), Soares defende a complementaridade e o equilíbrio entre ambos e chama a atenção para o valor da distinção terminológica:

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porqueno só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (2003, p. 90)

Assim como a autora, é preciso reconhecer o mérito teórico e conceitual de ambos os termos. Balizando o movimento pendular das propostas pedagógicas (não raro transformadas em modismos banais e mal assimilados), a compreensão que hoje temos do fenômeno do letramento presta-se tanto para banir definitivamente as práticas mecânicas de ensino instrumental, como para se repensar na especificidade da alfabetização. Na ambivalência dessa revolução conceitual, encontra-se o desafio dos educadores em face do ensino da língua escrita: o alfabetizar letrando.

2) O embate ideológico

Mais severo do que o embate conceitual, a oposição entre os dois modelos descritos por Street (1984) representa um posicionamento radicalmente diferente, tanto no que diz respeito às concepções implícita ou explicitamente assumidas quanto no que tange à prática pedagógica por elas sustentadas.

O “Modelo Autônomo”, predominante em nossa sociedade, parte do princípio de que, independentemente do contexto de produção, a língua tem uma autonomia (resultado de uma lógica intrínseca) que só pode ser apreendida por um processo único, normalmente associado ao sucesso e desenvolvimento próprios de grupos “mais civilizados”.

Contagiada pela concepção de que o uso da escrita só é legítimo se atrelada ao padrão elitista da “norma culta” e que esta, por sua vez, pressupõe a compreensão de um inflexível funcionamento lingüístico, a escola tradicional sempre pautou o ensino pela progressão ordenada de conhecimentos: aprender a falar a língua dominante, assimilar as normas do sistema de escrita para, um dia (talvez nunca) fazer uso desse sistema em formas de manifestação previsíveis e valorizadas pela sociedade. Em síntese, uma prática reducionista pelo viés lingüístico e autoritária pelo significado político; uma metodologia etnocêntrica que, pela desconsideração do aluno, mais se presta a alimentar o quadro do fracasso escolar.

Em oposição, o “Modelo Ideológico” admite a pluralidade das práticas letradas, valorizando o seu significado cultural e contexto de produção. Rompendo definitivamente com a divisão entre o “momento de aprender” e o “momento de fazer uso da aprendizagem”, os estudos lingüísticos propõem a articulação dinâmica e reversível entre “descobrir a escrita” (conhecimento de suas funções e formas de manifestação), “aprender a escrita” (compreensão das regras e modos de funcionamento) e “usar a escrita” (cultivo de suas práticas a partir de um referencial culturalmente significativo para o sujeito). O esquema abaixo pretende ilustrar a integração das várias dimensões do aprender a ler e escrever no processo de alfabetizar letrando:



DIDÁTICA

Conceito e objeto; objetivos de Ensino; Conteúdo de Ensino; Metodologia de Ensino e Avaliação	01
Plano e Planejamento. (Componentes do planejamento)	11
O Papel do Professor na sala de aula	16
O Processo Ensino- Aprendizagem	31
A Educação como Agente de Mudança.....	35

CONCEITO E OBJETO; OBJETIVOS DE ENSINO; CONTEÚDO DE ENSINO; METODOLOGIA DE ENSINO E AVALIAÇÃO;

Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais.

A orientação educacional visa a proporcionar ao aluno completa integração com a Escola, tanto no âmbito educacional quanto no social.

Seu objetivo maior é enfatizar o crescimento individual, ajudando o aluno a construir e assumir sua personalidade, encontrando uma forma de expressá-la socialmente, e possibilitar-lhe um clima propício ao seu desenvolvimento. É criar condições para que o aluno assimile profundamente todas as informações – considerando-se a necessidade de receber o ensinamento de forma significativa –, levando-o à especulação, ao confronto.

O que se pretende é dar ao aluno condições para uma formação plena: além da informação, da construção e da troca de conhecimento, o aluno tem oportunidade de participar de atividades culturais e esportivas, descobrindo sua criatividade, suas tendências, seus gostos e desenvolvendo-os plenamente.

Dessa forma, propicia-se ao aluno – levando-se em conta suas dificuldades e seus anseios – um contato profundo e constante com o mundo que o cerca, capacitando-o a estabelecer um vínculo significativo com a realidade e a transpor barreiras, a fim de preparar-se solidamente para a vida futura.

Didática

O papel da Didática na formação de professores foi muito bem tratado por Cipriano Luckesi e alguns conceitos que seguem são um resumo de seu pensamento sobre o tema.

A didática para assumir um papel significativo na formação do educador não poderá reduzir-se e dedicar-se somente ao ensino de meios e mecanismos pelos quais desenvolver um processo de ensino -aprendizagem, e sim, deverá ser um modo crítico de desenvolver uma prática educativa forjadora de um projeto histórico, que não será feito tão somente pelo educador, mas, por ele conjuntamente com o educando e outros membros dos diversos setores da sociedade. A didática deve servir como mecanismo de tradução prática, no exercício educativo, de decisões filosófico- políticas e epistemológicas de um projeto histórico de desenvolvimento do povo. Ao exercer seu papel específico estará apresentando-se como o mecanismo tradutor de posturas teóricas em práticas educativas.

Existem alguns erros básicos que alguns professores cometem ao dar uma aula. Um deles é explicar o assunto dado enquanto os alunos ainda estão copiando o que está no quadro negro. Esses e outros erros são comuns de acontecer e pioram o rendimento geral da turma. O aluno não consegue assimilar tudo que o professor passa e aí começam os problemas: aulas muito longas, mal dadas e cansativas; cursos que possuem aula no período integral começam a ficar desestimulantes. Professores brilhantes mas, que não conseguem ensinar o conteúdo de uma matéria de maneira clara, rápida e simples; os alunos começam a achar a disciplina difícil e, conseqüentemente, culpam os professores por não conseguirem acompanhar as matérias, tentam estudar por conta própria, deixando de lado o diálogo aberto com o mestre. Isso mostra claramente que um erro leva a outro. O diálogo pessoal entre professor/aluno, às vezes, é mais importante até que o fato do aluno saber de cor uma matéria, pois nada substitui a maior experiência. Idéias e dicas importantes podem surgir até mesmo de uma simples conversa e esta liquida qualquer tipo de antipatia que possa ser criada em virtude de aulas ruins.

Mas isso está mudando, em todos os setores da educação. Os professores estão se qualificando cada vez mais e se você for um mal professor tome cuidado: quando acabar a burocracia para contratação de novos professores no setor público o seu emprego estará por um fio e os alunos pedirão seu afastamento.

Para uma aula ser proveitosa para ambos, eis umas dicas:

- As aulas devem ser curtas e extremamente objetivas.
- Antes de cada aula, dê uma visão geral do que vai ser ensinado, sem medo de adiantar assuntos que os alunos desconhecem.
- Faça analogias com outros assuntos, instigando o aluno a pensar antecipadamente.
- Explique os assuntos numa seqüência lógica e didática.
- Mostre para a turma qual a utilidade e a freqüência de uso de cada item, fórmula, lição... explique a finalidade de cada item na sua vida profissional, para motivá-los.
- Utilize os mais variados recursos computacionais, slides, retroprojetores, laboratórios, Internet... ·
- Programe o que vai ser ensinado, planejando o que vai ser desenhado, quadro a quadro.
- Evite aulas técnicas demais. Conduza-a de uma maneira que os alunos entendam, pois eles, supostamente, nunca viram o assunto antes.
- Evite muita álgebra, exemplos numéricos são mais didáticos que letras. Evite também o excesso de exemplos e exercícios repetidos. Faça exercícios variados, que estimulem a criatividade e que tenham aplicação na prática.
- Controle o desempenho e a freqüência de cada um, seja amigo, saiba o nome deles. Muitos podem ser parceiros no futuro.
- Revise sempre o que foi dado. Revisões rápidas são importantes porque mostram a evolução da disciplina. · Procure passar sua experiência prática profissional.
- Encontre seu jeito pessoal de se expressar.
- Procure passar formação humanística.

O aluno no processo educacional é visto como um fator essencial para a construção do conhecimento, e não só como um mero receptor de conteúdos. A busca pelo saber não está ligado exclusivamente no ato de ouvir, copiar e fazer exercícios, pois neste aspecto metodológico os alunos devem permanecer calados e quietos em suas carteiras, entretanto, é possível realizar vários tipos de propostas que pressupõem a participação ativa do aluno e não se limitar apenas aos aspectos intelectuais ou a memorização de conteúdos julgados como relevantes, segundo Reznike e Ayres (1986 apud CANDAU, 1988, p. 121), “Quando falamos em reavaliação crítica, estamos atendendo não só para o processo em si do ato educativo, mas também para tudo aquilo que os alunos já trazem enquanto vivência, enquanto formação cultural”.

Partindo desse pressuposto podemos dizer que o educando pode despertar a sua criticidade a partir do momento em que se deixa envolver pelas questões políticas, sociais e culturais relevantes que existem no meio em que vive, e leva essas discussões para dentro da sala de aula, interagindo com os demais, formando inúmeras opiniões com relação ao contexto social, político e cultural no qual está inserido.

Professor: sujeito ou objeto da história?

A priori podemos definir o educador como sujeito da história ou objeto da mesma, onde ele se torna sujeito a partir do momento em que participa da história de desenvolvimento do povo, agindo juntamente com os demais, engajado nos movimentos sociais, construindo aparatos de ensino como fonte inovadora na busca pelo conhecimento. Conforme Luckesi (1982 apud CANDAU, 1982, p.27), “[...] compreendo o educador como um sujeito, que, conjuntamente com outros sujeitos, constrói, em seu agir, um projeto histórico de desenvolvimento do povo, que se traduz e se executa em um projeto pedagógico”.

Deixando claro que o educador e a educação não mudam totalmente e nem criam um modelo social, ambos se adequam em busca de melhorias para alguns problemas existentes no meio, até porque nossa sociedade é regida por diretrizes vindas do centro do poder. Já como objeto da história o educador sofre as ações dos movimentos sociais, sem participação efetiva na construção da mesma, para Luckesi (1982) esse tipo de professor não desempenha o seu papel, na sua autenticidade, diríamos que o educador é um ser humano envolvido na prática histórica transformadora. A partir disso podemos dizer que o professor pode ser um formador de opiniões e não somente um transmissor de idéias ou conteúdos.

Relação professor-aluno

Já tratamos das personagens aluno e professor anteriormente. Entretanto, ambos foram mencionados de forma isolada e peculiar. Este subtema surge com o propósito de levantar uma análise crítica em referência à relação professor-aluno em ambiente didático, estabelecendo conexões histórico-sociais que até hoje semeiam e caracterizam a educação brasileira, a maior delas tida como a Pedagogia Tradicional, a qual é encarada por Freire (1983) como uma educação de consciência bancária.

O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita (FREIRE, 1979, p. 38).

Acerca desse questionamento de Freire (1979) está explícita também a relação de submissão dos alunos em relação à autoridade do professor, autoridade esta que muitas vezes é confundida com autoritarismo, e que associada às normas disciplinares rígidas da escola – a qual também possui papel fundamental na formação, uma vez que esta é a instituição que delimita as normas de conduta na educação – implicam na perda de autonomia por parte do aluno no processo ensino-aprendizagem.

Para ilustrar este fato, recorreremos ao baú de nossas memórias, pois acreditamos que a maioria já deva ter presenciado esta situação bem característica da Pedagogia Tradicional, que consiste em descrever um ambiente de sala de aula ocupado pelo professor e seus respectivos alunos.

Esta situação é verídica até os dias de hoje em nossas escolas, inclusive, na maior parte delas, já que nessas classes de aula sempre encontramos as carteiras dos alunos dispostas em colunas e bem ao centro da sala fica a mesa do professor, que ocupa o centro para privilegiar o acesso a uma visão ampla de todo o corpo estudantil, impondo a estes sua disciplina e autoridade, uma das razões que leva o aluno a ver o professor como uma figura detentora do conhecimento, conforme argumenta Freire (1983), em suas análises sobre a consciência bancária, expressão já descrita anteriormente no início deste subtema.

É necessário refletir acerca deste cenário real, pois que estamos discutindo a didática no processo de ensino-aprendizagem e para isto torna-se imprescindível a compreensão dos fatos e a disposição da sociedade, principalmente os órgãos de ensino a repensarem seus métodos de parâmetros educacionais, a fim de promover uma educação renovada em aspectos sociais, políticos e culturais concretizados por Freire em seu livro *Educação e Mudança*, onde ele afirma que o destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação.

O processo de ensino-aprendizagem

Vários são os fatores que afetam o processo de ensino-aprendizagem, e a formação dos educadores é um deles e que tem papel fundamental no que se refere a este processo.

Essa formação tem passado por um momento de revisão no que se diz respeito ao papel exercido pela educação na sociedade, pois é perceptível a falta de clareza sobre essa função de educador (VEIGA, 2005)

Ainda hoje existem muitos que considerem a educação como um elemento de transformação social, e para que esse quadro modifique-se, faz-se necessário uma reflexão pedagógica, na qual busque questionar essa visão tradicional (FREIRE, 1978).

Deste modo, fica evidente que a formação dos educadores nesse contexto é entendida meramente como conservadora e reprodutora do sistema educacional vigente, ficando notório que esses educadores são tidos apenas como aliados à lei da manutenção da estrutura social, ou seja, um suporte às ideologias da superestrutura e não como um elemento mobilizador de sua transformação.

Destas análises emerge com clareza o papel conservador e reprodutor do sistema educacional, verdadeiro aliado da manutenção da estrutura social, muito mais do que elemento mobilizador de sua transformação (CANDAU, 1981).

Muitos desses educadores sentem uma sensação de angústia e questionamento da própria razão de ser do engajamento profissional na área educativa, segundo Candau (1981).

A didática para assumir um papel significativo na formação do educador não poderá reduzir-se e dedicar-se somente ao ensino de meios e mecanismos pelos quais desenvolvem um processo de ensino-aprendizagem, e sim, deverá ser um modo crítico de desenvolver uma prática educativa forjadora de um projeto histórico, que não será feito tão somente pelo educador, mas, por ele conjuntamente com o educando e outros membros dos diversos setores da sociedade. A didática deve servir como mecanismo de tradução prática, no exercício educativo, de decisões filosófico-políticas e epistemológicas de um projeto histórico de desenvolvimento do povo. Ao exercer seu papel específico estará apresentando-se como o mecanismo tradutor de posturas teóricas em práticas educativas. Os métodos avaliativos constituem uma importância do professor no papel de educador, qualificando seus métodos de forma que o educando tenha seus princípios individuais respeitados, já nem sempre a realidade é igual para todos no que diz respeito ao contexto social (OLIVEIRA, 1998). Portanto, é necessário redesenhar o educador, tornando-o um indivíduo compromissado com um defensor de uma idéia mais igualitária, pois sabe que o estudante na escola pública nada mais é que o povo na escola. Este novo educador seria aquele que encara a educação como uma problematização, que propõem aos homens sua própria vida como um desafio a ser encarando, buscando a transformação.

Aprendizagem significativa e conhecimentos prévios

Os assuntos trabalhados com as crianças devem guardar relações específicas com os níveis de desenvolvimento das crianças em cada grupo e faixa etária e, também, respeitar e propiciar a amplitude das mais diversas experiências em relação aos eixos de trabalho propostos.

O processo que permite a construção de aprendizagens significativas pelas crianças requer uma intensa atividade interna por parte delas. Nessa atividade, as crianças podem estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios (conhecimentos que já possuem), usando para isso os recursos de que dispõem. Esse processo possibilitará a elas modificarem seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afeti-

vas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. Quanto menores são as crianças, mais difícil é a explicitação de tais conhecimentos, uma vez que elas não se comunicam verbalmente. A observação acurada das crianças é um instrumento essencial nesse processo. Os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe. Com relação às crianças maiores, podem-se também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que têm acesso.

Resolução de Problemas

Nas situações de aprendizagem o problema adquire um sentido importante quando as crianças buscam soluções e discutem-nas com as outras crianças. Não se trata de situações que permitam “aplicar” o que já se sabe, mas sim daquelas que possibilitam produzir novos conhecimentos a partir dos que já se tem e em interação com novos desafios. Neste processo, o professor deve reconhecer as diferentes soluções, socializando os resultados encontrados.

Proximidade com as práticas sociais reais

A prática educativa deve buscar situações de aprendizagens que reproduzam contextos cotidianos nos quais, por exemplo, escrever, contar, ler, desenhar, procurar uma informação etc. tenha uma função real. Isto é, escreve-se para guardar uma informação, para enviar uma mensagem, contam-se tampinhas para fazer uma coleção etc.

Aprender em situações orientadas

A organização de situações de aprendizagens orientadas ou que dependem de uma intervenção direta do professor permite que as crianças trabalhem com diversos conhecimentos. Estas aprendizagens devem estar baseadas não apenas nas propostas dos professores, mas, essencialmente, na escuta das crianças e na compreensão do papel que desempenham a experimentação e o erro na construção do conhecimento.

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. Para isso, o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização.

Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas.

Para que as aprendizagens infantis ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo:

- a interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
- a individualidade e a diversidade;
- o grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
- a resolução de problemas como forma de aprendizagem.

Essas considerações podem estruturar-se nas seguintes condições gerais relativas às aprendizagens infantis a serem seguidas pelo professor em sua prática educativa.

Interação

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar os conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente. As capacidades de interação, porém, são também desenvolvidas quando as crianças podem ficar sozinhas, quando elaboram suas descobertas e sentimentos e constroem um sentido de propriedade para as ações e pensamentos já compartilhados com outras crianças e com os adultos, o que vai potencializar novas interações. Nas situações de troca, podem desenvolver os conhecimentos e recursos de que dispõem, confrontando-os e reformulando-os.

Nessa perspectiva, o professor deve refletir e discutir com seus pares sobre os critérios utilizados na organização dos agrupamentos e das situações de interação, mesmo entre bebês, visando, sempre que possível, a auxiliar as trocas entre as crianças e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o espaço da individualidade. Assim, em determinadas situações, é aconselhável que crianças com níveis de desenvolvimento diferenciados interajam; em outras, deve-se garantir uma proximidade de crianças com interesses e níveis de desenvolvimento semelhantes. Propiciar a interação quer dizer, portanto, considerar que as diferentes formas de sentir, expressar e comunicar a realidade pelas crianças resultam em respostas diversas que são trocadas entre elas e que garantem parte significativa de suas aprendizagens. Uma das formas de propiciar essa troca é a socialização de suas descobertas, quando o professor organiza as situações para que as crianças compartilhem seus percursos individuais na elaboração dos diferentes trabalhos realizados.

Portanto, é importante frisar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social, nas quais conflitos e negociação de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis.

O âmbito social oferece, portanto, ocasiões únicas para elaborar estratégias de pensamento e de ação, possibilitando a ampliação das hipóteses infantis. Pode-se estabelecer, nesse processo, uma rede de reflexão e construção de conhecimentos na qual tanto os parceiros mais experientes quanto os menos experientes têm seu papel na interpretação e ensaio de soluções. A interação permite que se crie uma situação de ajuda na qual as crianças avancem no seu processo de aprendizagem.

Diversidade e Individualidade

Cabe ao professor a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e às individualidades de cada criança.

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural.

COMPONENTES CURRICULARES

Objetivos

Os objetivos explicitam intenções educativas e estabelecem capacidades que as crianças poderão desenvolver como consequência de ações intencionais do professor. Os objetivos auxiliam na seleção de conteúdos e meios didáticos.

A definição dos objetivos em termos de capacidades — e não de comportamentos — visa a ampliar a possibilidade de concretização das intenções educativas, uma vez que as capacidades se expressam por meio de diversos comportamentos e as aprendizagens que convergem para ela podem ser de naturezas diversas. Ao estabelecer objetivos nesses termos, o professor amplia suas possibilidades de atendimento à diversidade apresentada pelas crianças, podendo considerar diferentes habilidades, interesses e maneiras de aprender no desenvolvimento de cada capacidade.

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

As capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.

As capacidades de ordem cognitiva estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.

As capacidades de ordem afetiva estão associadas à construção da autoestima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e dos outros.

As capacidades de ordem estética estão associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção oriundas de diferentes culturas.

As capacidades de ordem ética estão associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças.

As capacidades de relação interpessoal estão associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura etc.

As capacidades de inserção social estão associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro participante de um grupo de uma comunidade e de uma sociedade.

Para que se possa atingir os objetivos é necessário selecionar conteúdos que auxiliem o desenvolvimento destas capacidades.

Conteúdos

As diferentes aprendizagens se dão por meio de sucessivas reorganizações do conhecimento, e este processo é protagonizado pelas crianças quando podem vivenciar experiências que lhes forneçam conteúdos apresentados de forma não simplificada e associados a práticas sociais reais. É importante marcar que não há aprendizagem sem conteúdos.

Pesquisas e produções teóricas realizadas, principalmente durante a última década, apontam a importância das aprendizagens específicas para os processos de desenvolvimento e socialização do ser humano, ressignificando o papel dos conteúdos nos processos de aprendizagem.

Muitas das pautas culturais e saberes socialmente constituídos são aprendidos por meio do contato direto ou indireto com atividades diversas, que ocorrem nas diferentes situações de convívio social das quais as crianças participam no âmbito familiar e cotidiano.

Outras aprendizagens, no entanto, dependem de situações educativas criadas especialmente para que ocorram. O planejamento dessas situações envolve a seleção de conteúdos específicos a essas aprendizagens.

Nessa perspectiva, este Referencial concebe os conteúdos, por um lado, como a concretização dos propósitos da instituição e, por outro, como um meio para que as crianças desenvolvam suas capacidades e exercitem sua maneira própria de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses acerca do mundo ao qual pertencem e constituindo-se em um instrumento para a compreensão da realidade. Os conteúdos abrangem, para além de fatos, conceitos e princípios, também os conhecimentos relacionados a procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagem. A explicitação de conteúdos de naturezas diversas aponta para a necessidade de se trabalhar de forma intencional e integrada com conteúdos que, na maioria das vezes, não são tratados de forma explícita e consciente.

Esta abordagem é didática e visa a destacar a importância de se dar um tratamento apropriado aos diferentes conteúdos, instrumentalizando o planejamento do professor para que possa contemplar as seguintes categorias: os conteúdos conceituais que dizem respeito ao conhecimento de conceitos, fatos e princípios; os conteúdos procedimentais referem-se ao “saber fazer” e os conteúdos atitudinais estão associados a valores, atitudes e normas.

Nos eixos de trabalho, estas categorias de conteúdos estão contempladas embora não estejam explicitadas de forma discriminada.

A seguir, as categorias de conteúdos serão melhor explicadas de forma a subsidiar a reflexão e o planejamento do professor.

Os conteúdos conceituais referem-se à construção ativa das capacidades para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem atribuir sentido à realidade.

Desde os conceitos mais simples até os mais complexos, a aprendizagem se dá por meio de um processo de constantes idas e vindas, avanços e recuos nos quais as crianças constroem ideias provisórias, ampliam-nas e modificam-nas, aproximando-se gradualmente de conceitualizações cada vez mais precisas.

O conceito que uma criança faz do que seja um cachorro, por exemplo, depende das experiências que ela tem que envolvam seu contato com cachorros. Se num primeiro momento, ela pode, por exemplo, designar como “Au-Au” todo animal, fazendo uma generalização provisória, o acesso a uma nova informação, por exemplo, o fato de que gatos diferem de cachorros, permite-lhe reorganizar o conhecimento que possui e modificar a ideia que tem sobre o que é um cachorro. Esta conceitualização, ainda provisória, será suficiente por algum tempo — até o momento em que ela entrar em contato com um novo conhecimento.

Assim, deve-se ter claro que alguns conteúdos conceituais são possíveis de serem apropriados pelas crianças durante o período da educação infantil. Outros não, e estes necessitarão de mais tempo para que possam ser construídos. Isso significa dizer que muitos conteúdos serão trabalhados com o objetivo apenas de promover aproximações a um determinado conhecimento, de colaborar para elaboração de hipóteses e para a manifestação de formas originais de expressão.

Os conteúdos procedimentais referem-se ao saber fazer. A aprendizagem de procedimentos está diretamente relacionada à possibilidade de a criança construir instrumentos e estabelecer caminhos que lhes possibilitem a realização de suas ações. Longe de ser mecânica e destituída de sentido, a aprendizagem de procedimentos constitui-se em um importante componente para o desenvolvimento das crianças, pois relaciona-se a um percurso de tomada de decisões. Desenvolver procedimentos significa apropriar-se de “ferramentas” da cultura humana necessárias para viver. No que se refere à educação infantil, saber manipular corretamente os objetos de uso cotidiano que existem à sua volta, por exemplo, é um procedimento fundamental, que responde às necessidades imediatas para inserção no universo mais próximo. É o caso de vestir-se ou amarrar os sapatos, que constituem-se em ações procedimentais importantes no processo de conquista da independência. Dispor-se a perguntar é uma atitude fundamental para o processo de aprendizagem. Da mesma forma, para que as crianças possam exercer a cooperação, a solidariedade e o respeito, por exemplo, é necessário que aprendam alguns procedimentos importantes relacionados às formas de colaborar com o grupo, de ajudar e pedir ajuda etc.

Deve-se ter em conta que a aprendizagem de procedimentos será, muitas vezes, trabalhada de forma articulada com conteúdos conceituais e atitudinais.

Os conteúdos atitudinais tratam dos valores, das normas e das atitudes. Conceber valores, normas e atitudes como conteúdos implicam torná-los explícitos e compreendê-los como passíveis de serem aprendidos e planejados.

As instituições educativas têm uma função básica de socialização e, por esse motivo, têm sido sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças, ainda que não sejam considerados como conteúdos a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional. A aprendizagem de conteúdos deste tipo implica uma prática coerente, onde os valores, as atitudes e as normas que se pretende trabalhar estejam presentes desde as relações entre as pessoas até a seleção dos conteúdos, passando pela própria forma de organização da instituição. A falta de coerência entre o discurso e a prática é um dos fatores que promove o fracasso do trabalho com os valores.

Nesse sentido, dar o exemplo evidencia que é possível agir de acordo com valores determinados. Do contrário, os valores tornam-se vazios de sentido e aproximam-se mais de uma utopia não realizável do que de uma realidade possível.

Para que as crianças possam aprender conteúdos atitudinais, é necessário que o professor e todos os profissionais que integram a instituição possam refletir sobre os valores que são transmitidos cotidianamente e sobre os valores que se quer desenvolver. Isso significa um posicionamento claro sobre o quê e o como se aprende nas instituições de educação infantil.

Deve-se ter em conta que, por mais que se tenha a intenção de trabalhar com atitudes e valores, nunca a instituição dará conta da totalidade do que há para ensinar. Isso significa dizer que parte do que as crianças aprendem não é ensinado de forma sistemática e consciente e será aprendida de forma incidental. Isso amplia a responsabilidade de cada um e de todos com os valores e as atitudes que cultivam.

Organização dos conteúdos por blocos

Os conteúdos são apresentados nos diversos eixos de trabalho, organizados por blocos. Essa organização visa a contemplar as dimensões essenciais de cada eixo e situar os diferentes conteúdos dentro de um contexto organizador que explicita suas especificidades por um lado e aponta para a sua “origem” por outro. Por exemplo, é importante que o professor saiba, ao ler uma história para as crianças, que está trabalhando não só a leitura, mas também, a fala, a escuta, e a escrita; ou, quando organiza uma atividade de percurso, que está trabalhando tanto a percepção do espaço, como o equilíbrio e a coordenação da criança.

Esses conhecimentos ajudam o professor a dirigir sua ação de forma mais consciente, ampliando as suas possibilidades de trabalho.

Embora estejam elencados por eixos de trabalho, muitos conteúdos encontram-se contemplados em mais de um eixo. Essa opção visa a apontar para o tratamento integrado que deve ser dado aos conteúdos. Cabe ao professor organizar seu planejamento de forma a aproveitar as possibilidades que cada conteúdo oferece, não restringindo o trabalho a um único eixo, em fragmentando o conhecimento.

Seleção de conteúdos

Os conteúdos aqui elencados pretendem oferecer um repertório que possa auxiliar o desenvolvimento das capacidades colocadas nos objetivos gerais. No entanto, considerando as características particulares de cada grupo e suas necessidades, cabe ao professor selecioná-los e adequá-los de forma que sejam significativos para as crianças.

Deve-se ter em conta que o professor, com vistas a desenvolver determinada capacidade, pode priorizar determinados conteúdos; trabalhá-los em diferentes momentos do ano; voltar a eles diversas vezes, aprofundando-os a cada vez etc. Como são múltiplas as possibilidades de escolha de conteúdos, os critérios para selecioná-los devem se atrelar ao grau de significado que têm para as crianças. É importante, também, que o professor considere as possibilidades que os conteúdos oferecem para o avanço do processo de aprendizagem e para a ampliação de conhecimento que possibilita.

Integração dos conteúdos

Os conteúdos são compreendidos, aqui, como instrumentos para analisar a realidade, não se constituindo um fim em si mesmos. Para que as crianças possam compreender a realidade na sua

FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E LEGAIS DO CURRÍCULO

Parâmetros Curriculares Nacionais: Breve Histórico; Princípios e Fundamentos;	01
A Proposta do Ensino Fundamental levando-se em consideração: promoção, repetência e evasão.	14
A Organização da Escolaridade por Ciclo.	17
Organização do Conhecimento escolar; Área e Temas Transversais;	18
Objetivos, Conteúdos e Avaliação;	19
Autonomia e Diversidade;	25
Interação e Cooperação.	26

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: BREVE HISTÓRICO; PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS;

Segundo as orientações dos PCNs o currículo está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo que influencia positivamente a prática do professor. Com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos os currículos devem ser revistos e sempre aperfeiçoados.

A opção teórica adotada é a que pressupõe a existência de competências cognitivas e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno no processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

O QUE SÃO OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.

Entretanto, se estes Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos, um plano de carreira, a qualidade do livro didático, de recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas esta qualificação almejada implica colocar também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira.

BREVE HISTÓRICO

Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei, ao definir as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto

para o ensino médio (segundo grau, não obrigatório), proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Também generalizou as disposições básicas sobre o currículo, estabelecendo o núcleo comum obrigatório em âmbito nacional para o ensino fundamental e médio. Manteve, porém, uma parte diversificada a fim de contemplar as peculiaridades locais, a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos. Coube aos Estados a formulação de propostas curriculares que serviriam de base às escolas estaduais, municipais e particulares situadas em seu território, compondo, assim, seus respectivos sistemas de ensino. Essas propostas foram, na sua maioria, reformuladas durante os anos 80, segundo as tendências educacionais que se generalizaram nesse período.

Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Dessa conferência, assim como da Declaração de Nova Delhi — assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo —, resultaram posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos, capazes de tornar universal a educação fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

Tendo em vista o quadro atual da educação no Brasil e os compromissos assumidos internacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares, visando ao seu contínuo aprimoramento.

O Plano Decenal de Educação, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, a leitura atenta do texto constitucional vigente mostra a ampliação das responsabilidades do poder público para com a educação de todos, ao mesmo tempo que a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996, priorizou o ensino fundamental, disciplinando a participação de Estados e Municípios no tocante ao financiamento desse nível de ensino.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal.

Em linha de síntese, pode-se afirmar que o currículo, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, deve obrigatoriamente propiciar oportunidades para o estudo da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural e da realidade social e política, enfatizando-se o conhecimento do Brasil. Também são áreas curriculares obrigatórias o ensino da Arte e da Educação Física, necessariamente integradas à proposta pedagógica. O ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna passa a se constituir um componente curricular obrigatório, a partir da quinta série do ensino fundamental (art. 26, § 5o). Quanto ao ensino religioso, sem onerar as despesas públicas, a LDB manteve a orientação já adotada pela política educacional brasileira, ou seja, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas, mas é de matrícula facultativa, respeitadas as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis (art. 33).

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

“I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II- o compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (art. 32).

Verifica-se, pois, como os atuais dispositivos relativos à organização curricular da educação escolar caminham no sentido de conferir ao aluno, dentro da estrutura federativa, efetivação dos objetivos da educação democrática.

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações.

Formulou-se, então, uma proposta inicial que, apresentada em versão preliminar, passou por um processo de discussão em âmbito nacional, em 1995 e 1996, do qual participaram docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento, especialistas e educadores. Desses interlocutores foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres sobre a proposta inicial, que serviram de referência para a sua reelaboração.

A discussão da proposta foi estendida em inúmeros encontros regionais, organizados pelas delegacias do MEC nos Estados da federação, que contaram com a participação de professores do ensino fundamental, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, membros de conselhos estaduais de educação, representantes de sindicatos e entidades ligadas ao magistério. Os resultados apurados nesses encontros também contribuíram para a reelaboração do documento.

Os pareceres recebidos, além das análises críticas e sugestões em relação ao conteúdo dos documentos, em sua quase-totalidade, apontaram a necessidade de uma política de implementação da proposta educacional inicialmente explicitada. Além disso, sugeriram diversas possibilidades de atuação das universidades e das faculdades de educação para a melhoria do ensino nas séries iniciais, as quais estão sendo incorporadas na elaboração de novos programas de formação de professores, vinculados à implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A proposta dos parâmetros curriculares nacionais em face da situação do ensino fundamental

Durante as décadas de 70 e 80 a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola.

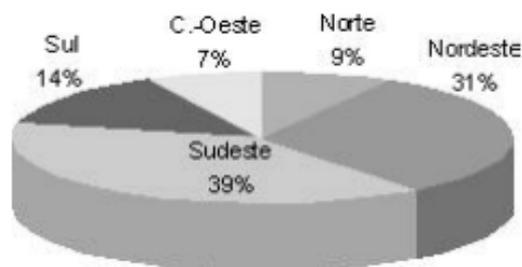
Indicadores fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação e do Desporto, reafirmam a necessidade de revisão do projeto educacional do País, de modo a concentrar a atenção na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Número de alunos e de estabelecimentos

A oferta de vagas está praticamente universalizada no País. O maior contingente de crianças fora da escola encontra-se na região Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste há desequilíbrios na localização das escolas e, no caso das grandes cidades, insuficiência de vagas, provocando a existência de um número excessivo de turnos e a criação de escolas unidocentes ou multisseriadas.

Em 1994, os 31,2 milhões de alunos do ensino fundamental concentravam-se predominantemente nas regiões Sudeste (39%) e Nordeste (31%), seguidas das regiões Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (7%), conforme indicado no gráfico 1.

Gráfico 1
ENSINO FUNDAMENTAL
Distribuição da Matrícula por Região



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

A maioria absoluta dos alunos frequentava escolas públicas (88,4%) localizadas em áreas urbanas (82,5%), como resultado do processo de urbanização do País nas últimas décadas, e da crescente participação do setor público na oferta de matrículas. O setor privado responde apenas por 11,6% da oferta, em consequência de sua participação declinante desde o início dos anos 70.

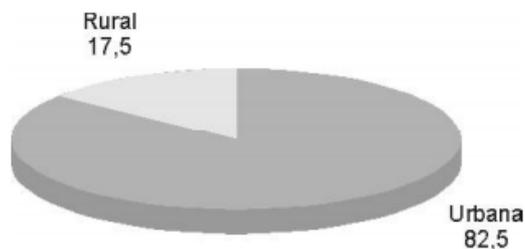
No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, ao todo 194.487, mais de 70% das escolas são rurais, apesar de responderem por apenas 17,5% da demanda de ensino fundamental. Na verdade, as escolas rurais concentram-se sobretudo na região Nordeste (50%), não só em função de suas características socioeconômicas, mas também devido à ausência de planejamento do processo de expansão da rede física (gráfico 2).

Gráfico 2
ENSINO FUNDAMENTAL
Distribuição dos Estabelecimentos por Localização
BRASIL - 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

ENSINO FUNDAMENTAL
Distribuição de Matrícula por Localização
BRASIL - 1994



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

A situação mostra-se grave ao se observar a evolução da distribuição da população por nível de escolaridade. Se é verdade que houve considerável avanço na escolaridade correspondente à primeira fase do ensino fundamental (primeira a quarta séries), é também verdade que em relação aos demais níveis de ensino a escolaridade ainda é muito insuficiente: em 1990, apenas 19% da população do País possuía o primeiro grau completo; 13%, o nível médio; e 8% possuía o nível superior. Considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente da vida social, esta situação indica a urgência das tarefas e o esforço que o estado e a sociedade civil deverão assumir para superar a médio prazo o quadro existente.

Além das imensas diferenças regionais no que concerne ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor, mas relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero.

Com efeito, mais do que refletir as desigualdades regionais e as diferenças de gênero e cor, o quadro de escolarização desigual do País revela os resultados do processo de extrema concentração de renda e níveis elevados de pobreza.

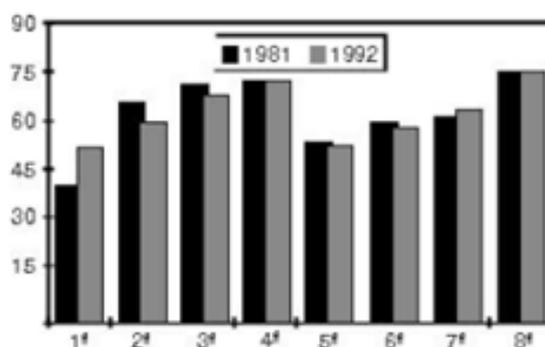
Promoção, repetência e evasão

Em relação às taxas de transição, houve substancial melhoria dos índices de promoção, repetência e evasão do ensino fundamental. Verifica-se, no período de 1981-92, tendência ascendente das taxas de promoção — sobem de 55% em 1984, para 62% em 1992 — acompanhada de queda razoável das taxas médias de repetência e evasão, que atingem, respectivamente, 33% e 5% em 1992.

Essa tendência é muito significativa. Estudos indicam que a repetência constitui um dos problemas do quadro educacional do País, uma vez que os alunos passam, em média, 5 anos na escola antes de se evadirem ou levam cerca de 11,2 anos para concluir as oito séries de escolaridade obrigatória. No entanto, a grande maioria da população estudantil acaba desistindo da escola, desestimulada em razão das altas taxas de repetência e pressionada por fatores socioeconômicos que obrigam boa parte dos alunos ao trabalho precoce.

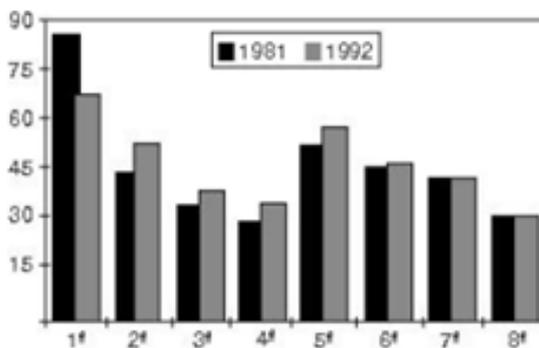
Apesar da melhoria observada nos índices de evasão, o comportamento das taxas de promoção e repetência na primeira série do ensino fundamental está ainda longe do desejável: apenas 51% do total de alunos são promovidos, enquanto 44% repetem, reproduzindo assim o ciclo de retenção que acaba expulsando os alunos da escola (gráficos 3, 4 e 5).

Gráfico 3
TAXAS DE PROMOÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR SÉRIES BRASIL



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.

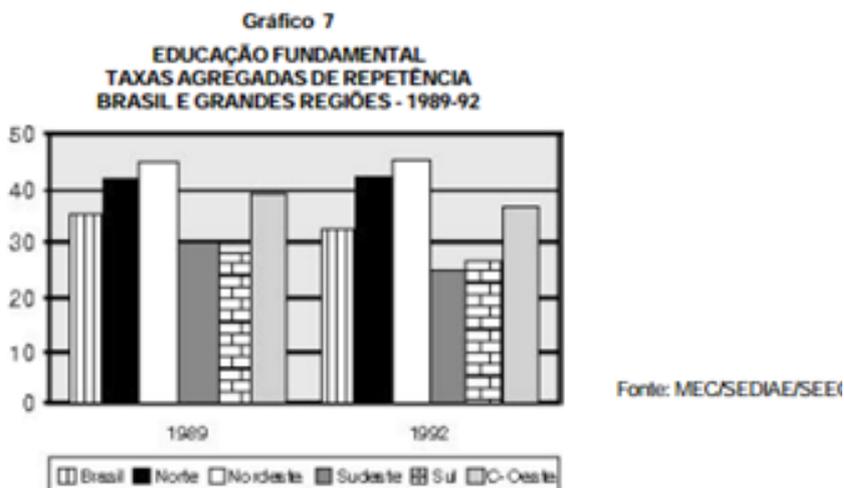
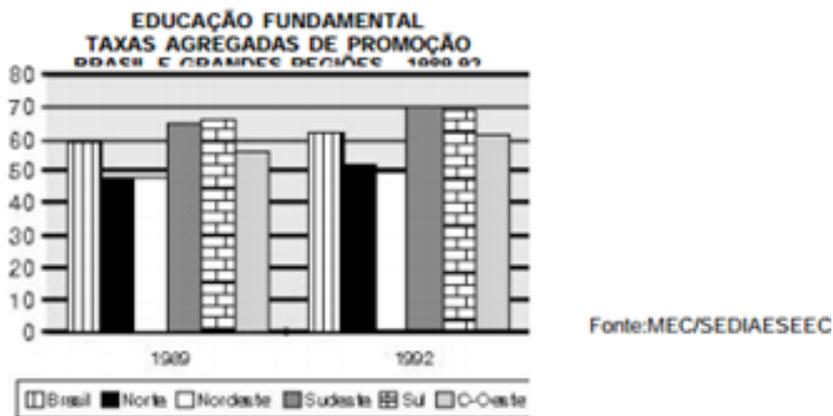
Gráfico 4
TAXAS DE REPETÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR SÉRIES BRASIL



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC.



Do ponto de vista regional, com exceção do Norte e do Nordeste, as demais regiões apresentam tendência à elevação das taxas médias de promoção e à queda dos índices de repetência (gráficos 6 e 7), indicando relativo processo de melhoria da eficiência do sistema. Ressalta-se, contudo, tendência à queda das taxas de evasão nas regiões Norte e Nordeste que, em 1992, chegam muito próximas da média nacional (gráfico 8).



GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Administração escolar	01
Fundamentos sociais e políticos; Natureza do trabalho pedagógico escolar.....	06
Relações interpessoais na instituição educativa	12
Projeto pedagógico escolar	14
Plano de Desenvolvimento Escolar-PDE.....	20
Tendências atuais de gestão escolar	22

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR;

Organização do trabalho

A escola é uma organização que essencialmente lida com pessoas. Sua peculiaridade está em ser a primeira instituição que os cidadãos, ainda crianças, conhecem depois da família. Mais ainda, uma instituição que, em complemento às famílias, tem a missão de educar. A experiência na escola pode desenvolver ou não os sentimentos de confiança e satisfação de pertencer à sociedade e de exercer a cidadania.

Escolas funcionam mais ou menos organizadas e capazes de atender às necessidades de suas comunidades interna e externa, dependendo, em boa medida, de seus secretários escolares e auxiliares de secretaria. Como um administrador, o secretário escolar e auxiliares de secretaria devem estar capacitados para:

- _ Organizar racionalmente o trabalho;
- _ Aproveitar os talentos e motivações da equipe;
- _ Simplificar processos e métodos de trabalho;
- _ Aproximar-se de seu público antecipando as suas necessidades;
- _ Trabalhar com eficácia, reduzindo os desperdícios;

Local de trabalho – espaço adequado

A secretaria deve ter uma organização espacial que atenda às suas atribuições, onde destacamos:

- Gerir a documentação escolar com racionalidade;
- Manter mobiliário limpo e com uma organização racional;
- Local do arquivo deve arejado, seco e limpo, periodicamente.
- Não fazer refeições, beber ou fumar próximo a documentos e livros, pois pode criar-se ambiente atrativo para insetos, além do risco de manchas e queimaduras, muitas vezes irreversíveis.
- Manter um livro de protocolo para controle do recebimento e entrega de documentos.

Rotinas Administrativas

A seguir, é possível ver algumas rotinas administrativas demonstradas em forma organizada em cronograma.

- Janeiro:

- *Período de inscrição para transferências de escolas:* após organizar as séries/anos e período, damos atendimento aos pais que desejam transferir seus filhos para outra unidade escolar ou vice-versa.

- *Cadastro dos alunos:* cadastramos alunos novos

- *Formação de classe:* elaboramos o documento, que contém o nome dos alunos, data de nascimento, registro de matrícula (RM), registro do aluno (RA), nome do professor, período e indicadores se o aluno foi promovido ou retido na série/ano.

- *Históricos escolares:* no final do mês começamos a fazer os históricos escolares dos alunos dos 5º anos que ingressaram no Fundamental 2.

- Fevereiro e março:

- *Documentos do ano anterior:* arquivamos os papéis enviados e ou recebidos na escola no ano letivo anterior.

- *Arquivo morto:* organizamos documentos que guardamos para futura consulta, como prontuário de alunos transferidos, cadernetas de chamadas, resoluções e até trechos destacados do Diário Oficial.

- *Organização do Sistema de Gestão Integrada na Rede de Ensino:* alimentamos essa base de dados municipal com informações administrativas da escola. Esse sistema tem recursos como emissão

de boletim escolar, espaço para fotos de eventos da escola e registro de notas bimestrais dos alunos. Informar as notas é tarefa dos professores.

- Abril e maio:

- *Censo Escolar:* nesse período, cadastramos os professores em suas respectivas classes e período no sistema Prodesp e atualizamos os cadastros de alunos.

- Setembro e outubro:

- *Documentos para o próximo ano letivo:* Solicitamos e preenchemos documentos como renovação de matrícula, inscrição de novos alunos, atualização de cadastro escolar e matrículas dos novos alunos.

- Dezembro:

- *Encerramento do ano letivo vigente:* cadastramos todos os alunos nos sistemas, apontando os que foram promovidos ou retidos na série/ano. Por fim, conferimos e organizamos os consolidados preenchidos pelos professores.

Temos também as rotinas mensais. Preenchemos e enviamos a cada mês todos os documentos solicitados pela Secretaria de Educação:

- *Dia 5:* entregamos a solicitação de material escolar e de limpeza para o setor de almoxarifado.

- *Dia 10:* enviamos o atestado de frequência (AF) de todos os funcionários da escola.

- *Final de cada mês:* mandamos o mapa de merenda com os indicadores de estoque e consumo de alimentos.

- *Bimestralmente:* levantamos as faltas de alunos que possuem Bolsa Família para preencher devidamente o formulário emitido pelo setor responsável.

Atendimento e comunicação ao telefone, atendimento ao público interno e externo

O atendimento com qualidade forma respostas de qualidade dos clientes. Uma vez bem atendidos, os pais e alunos vão aprendendo a colaborar para a manutenção desse ambiente saudável de respeito, cortesia e organização, sentem-se motivados a participar da escola e, assim, contentes em fazer parte de uma instituição em que as pessoas são ouvidas, respeitadas e bem orientadas.

O bom atendimento acrescenta um valor precioso ao serviço oferecido às pessoas, porque as relações eficazes com as pessoas que atendemos, incorporadas à qualidade, fortalecem a opinião pública adepta à instituição. Uma vez que nossa finalidade escolar é preparar para a vida, o atendimento deve também estar cultivado à vida, às nossas origens, cultura e teorias contemporâneas.

De tal modo, é necessário estabelecer nas políticas das instituições, o treinamento, a definição de um padrão de atendimento e de um perfil básico para o profissional de atendimento, como forma de avançar satisfatoriamente as relações entre a comunidade escolar em geral.

A Secretaria Escolar é o primeiro setor da instituição de ensino, que tem contato com a comunidade escolar e com o público em geral. Este setor é o que guarda a memória de todo tipo de documentação da escolar produzida e recebida, seja de alunos ou de professores, garantindo assim a veracidade das informações e o controle de toda situação escolar.

A função relacionada a este setor da Instituição de Ensino é Agente Educacional II e quem coordena é um Agente indicado pela Direção para ser Secretário (a) Escolar.

O(a) Secretário(a) escolar também é um profissional de Gestão Administrativa Escolar e junto com sua equipe, conhece a rotina diária da secretaria, que deve ser ágil, correta e embasada na legislação vigente.

O profissional da Secretaria Escolar exerce muitas atividades distintas: é responsável pela escrituração, documentação, correspondência e processos referentes à vida legal da instituição de ensino e à vida escolar dos alunos; organiza o trabalho para que ocorra de maneira conjunta com as Equipes de Direção e Pedagógica, além de administrar as relações humanas decorrentes da dinâmica do trabalho. Cabe ressaltar a necessidade de haver o correto lançamento e efetivação dos registros escolares como, os direitos de um candidato à matrícula, regularidade da vida escolar, o desenvolvimento da aprendizagem de um aluno, o acompanhamento pedagógico, os resultados parciais ou finais de cada aluno para promoção ou expedição de transferências, certificados de conclusão ou diplomas.

Quem é o público da Secretaria Escolar?

Público interno — São todos os servidores e companheiros de trabalho, tais como professores, funcionários, estagiários, equipe diretiva. Considera-se por público interno da escola o indivíduo que trabalha para a instituição, participando ativamente dela.

Público externo — São todos aqueles atendidos pela instituição de ensino, como: alunos, pais ou responsáveis, representantes das instituições que oferecem campo de estágio (no caso da Educação Profissional), fornecedores e a comunidade em geral.

Um atendimento de qualidade colabora com o bom andamento das ações na escola. Quando são bem atendidos, os pais e alunos percebem que podem contribuir para a manutenção desse ambiente de cortesia, respeito e organização. Também se sentem motivados a participar da escola por serem ouvidos, respeitadas e bem orientadas.

Uma vez que nossa finalidade escolar é preparar para a vida, o atendimento deve também ser humanizado, priorizando a escuta ativa e a empatia.

Princípios de um bom atendimento

Os princípios de atendimento estão relacionados à postura do funcionário, com as suas atitudes e o seu modo de agir com os alunos, pais, professores, outros funcionários e comunidade. É necessário definir nas políticas da instituição uma postura profissional de atendimento, como forma de avançar satisfatoriamente as relações entre a comunidade escolar em geral.

Os pais e responsáveis esperam informações claras sobre a proposta pedagógica das instituições e normalmente são atendidos pela equipe pedagógica para sanar tais dúvidas. Mas também precisam de informações frequentes sobre documentação dos filhos e outros assuntos de rotina e esperam ter suas dúvidas esclarecidas.

Muitas vezes a Secretaria Escolar é o primeiro setor da escola que recebe a comunidade. Por essa razão, ela se torna o cartão de visitas, demonstrando a identidade e a imagem da escola. Quem faz o atendimento deve ser responsável e adotar uma forma de acolhimento baseado no respeito e na gentileza.

Um dos princípios do bom atendimento é corresponder às expectativas da pessoa que procura a informação e compreender que quando se trabalha em um órgão público, você está de fato, a serviço da comunidade.

Outro fator importante é percepção de que além de esclarecer as dúvidas, o funcionário precisa transmitir uma sensação de segurança para o público por meio da certeza e agilidade do atendimento. Por essa razão, é fundamental que o funcionário pergunte para os colegas mais experientes quando surgir alguma dúvida ou ainda, que consulte as legislações vigentes e instrumentos que contenham as informações que precisa. Mesmo que tenha que pedir para a pessoa esperar um pouco para obter a informação de forma correta.

Além de priorizar oferecer a informação correta, é necessário oferecê-la de forma completa. Muitas pessoas reclamam que precisam voltar muitas vezes nos guichês de um mesmo órgão público, porque cada vez que entrega um documento solicitado o atendente comunica que faltou outro. Causando irritação e desqualificando a instituição.

Todas as pessoas esperam ser bem tratadas, independente de quem ela é, de sua formação, situação econômica ou cultural. Todos necessitam do sentido de dignidade. Em algum momento da vida, todos precisam de uma ajuda e esperam serem tratadas com respeito, empatia, simpatia e paciência. Um apoio e um rosto amigo geram um sentimento de conforto na hora da dúvida ou de uma dificuldade.

A pessoa que atende o público se depara com um ser humano que muitas vezes nem sabe elaborar sua pergunta ou expressar sua dúvida, mas espera ser compreendido, bem recebido e sentir-se importante. Tais expectativas são inerentes ao ser humano, que não espera ter que solicitar o respeito e consideração aos seus problemas, apenas acredita que é seu direito.

Proposições para quem atende o público

Ao trabalhar com o atendimento ao público é preciso considerar a diversidade de tarefas que essa função compreende. Receber bem cada pessoa na escola é uma forma de prestar um bom serviço. Tarefas como: recepcionar, informar, esclarecer dúvidas, orientar, mostrar opções, evitar desperdício de tempo, diagnosticar as necessidades dos diferentes públicos, apaziguar e solicitar a espera, indicam qualidade no atendimento ao público.

- Iniciar sempre o atendimento com a consciência da importância de seu atendimento para a pessoa que procura informações.

- Pergunte o nome da pessoa e se apresente.

- Dedicar um tempo para ouvir o que a pessoa tem a dizer sem interromper, demonstrando interesse e consideração.

- Se a instituição é de educação, então deveria ser o guichê onde as pessoas são mais bem atendidas.

- Caso tenha a informação, atender a pessoa com profissionalismo, vontade e empatia, procurando perceber se houve compreensão integral.

- Procure não demonstrar insegurança ou usar a frase: "NÃO SEI..." Caso não saiba de uma informação, peça um instante e procure informar-se.

- Evite utilizar linguagem técnica, pouco conhecida. Utilize linguagem clara e simples.

- Evite interromper a fala da pessoa atendida.

- Considere os sentimentos das pessoas: inibição, nervosismo, cansaço, etc.

- Compreenda a importância da presença da comunidade para a escola.

- Caso a informação oferecida esteja relacionada a procedimentos que a pessoa precisa tomar, verifique se é necessário anotar em um papel para ela levar consigo.

- Procure desenvolver flexibilidade, que é a capacidade de lidar com situações não previstas.

- Não se esquecer de COMO VOCÊ GOSTARIA DE SER ATENDIDO.

Atendimento aos idosos

- Atentar-se às necessidades dos idosos, que muitas vezes precisam ser atendidos com um olhar especial.

- Oferecer preferência no atendimento.

- Auxiliar na leitura do documento ou do formulário, quando for necessário, verificando se estão enxergando com nitidez.

- Imprimir o documento de forma ampliada, se for preciso.

- Acompanhar o momento de preenchimento do formulário e demonstrar-se disposto a ajudar.

- Caso o idoso tenha que trazer outros documentos para a escola, procure escrever em um papel e explicar o que são cada um deles ou para que servem.

- Ao solicitar documentos digitalizados, certifique-se de que a pessoa saiba utilizar as ferramentas da internet para isso ou que tenha alguém em casa para ajudá-lo.

Atendimento às pessoas com deficiência

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, artigo 1º)

Deficiência Visual

- Nunca fale em tom de voz mais alto quando conversar com pessoas cegas. A menos que a mesma tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique isso. Fale em tom de voz usual.

- Ao responder perguntas a uma pessoa cega, evite fazê-lo com gestos, movimentos de cabeça ou apontando lugares.

- No convívio social ou profissional, não exclua as pessoas com deficiência visual de qualquer atividade. Deixe que elas decidam como podem participar.

- Fique à vontade para usar palavras como “veja” e “olhe”. As pessoas cegas as utilizam com naturalidade.

- Sempre que se afastar, avise a pessoa, pois ela pode não perceber a sua saída.

- Não se deve brincar com um cão guia, pois ele tem responsabilidade de guiar o dono que não enxerga e não deve ser distraído dessa função.

Deficiência Física Neuromotora

- É importante saber que uma pessoa sentada, é difícil ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, ao conversar por um tempo maior com uma pessoa em cadeira de rodas, sente-se, para que você e ela fiquem no mesmo nível.

- A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo. Nunca movimente a cadeira de rodas, sem antes pedir permissão.

- Quando estiver conduzindo uma cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente, para que a pessoa também possa participar da conversa.

- Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, falar e podem ter movimentos involuntários com pernas e braços. Se você não compreender imediatamente o que ela está dizendo, peça para que repita.

- Não se melindre em usar palavras como “andar”, e “correr”. As pessoas com deficiência física as empregam naturalmente.

Deficiência Auditiva e Surdez

- Não é correto dizer que alguém é surdo mudo. Muitas pessoas surdas não falam. Mas fazem leitura labial, outras usam a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

- Nem sempre a pessoa surda oralizada tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo, não se acanhe em pedir para que repita.

- Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O método não é importante, o essencial é a comunicação.

- Quando a pessoa surda estiver acompanhada de um intérprete, dirija-se à pessoa surda, não ao intérprete.

Deficiência Intelectual

- Você deve agir naturalmente ao falar com a pessoa com deficiência intelectual. Trate-as com respeito e consideração, se for adolescente, trate-a como adolescente. Se for uma pessoa adulta, trate-a como tal. Não trate como criança aquelas pessoas que não sejam.

- Deficiência Intelectual não deve ser confundida com doença mental. As pessoas com deficiência intelectual possuem déficit no desenvolvimento, enquanto que a doença mental se refere aos transtornos de ordem psicológica ou psiquiátrica.

- Não superproteja. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário. Não subestime sua inteligência.

- As pessoas com deficiência intelectual podem levar mais tempo, mas adquirem habilidades intelectuais e sociais.

Observar:

Como responsável pela Secretaria Escolar, o(a) secretário(a) precisa atentar para as atitudes de bom atendimento da equipe, de forma a preservar a integridade das informações e o bom andamento das rotinas escolares. Alguns cuidados relevantes:

- Escolher, com responsabilidade, quem fará o atendimento no balcão/guichê da secretaria.

- Oferecer um treinamento para o funcionário recém-chegado na escola e estar a disposição caso ele tenha dúvidas.

- Solicitar a um funcionário mais experiente que esteja a disposição para auxiliar o funcionário recém-chegado durante o atendimento, de forma que se possa salvaguardar as informações.

- Acompanhar o atendimento de todos os funcionários e fazer apontamentos com muito respeito, sempre que necessário. Lembre-se, elogiar pode ser em público, chamar a atenção deve ser em particular.

- Intervir no atendimento dos funcionários, quando perceber que alguma informação importante está sendo esquecida ou equivocada.

- Orientar a respeito da forma de tratamento. Chamar a pessoa de “meu amor”, “meu querido”, “ei amigo”, “meu ou minha filha”... O correto é tratar as pessoas pelo nome e diga-lhes apenas senhor ou senhora.

- Perceber se há demonstração de irritação, cansaço, preocupação (se o funcionário tem algum problema particular, dê atenção a ele e verifique se há como ajudar), pois para que possa oferecer um atendimento humanizado também precisa recebê-lo.

- Levar a equipe a entender que se um pai ou responsável recebe um mau atendimento ele pode interpretar que todos os setores da escola possuem o mesmo tipo de atendimento, trazendo consequências desagradáveis para a escola como um todo.

- Verificar se em alguns períodos mais intensos, como o de matrículas, é necessário criar um protocolo de atendimento para facilitar o andamento do trabalho.

- Evite o perfeccionismo. Isso contribuirá para que você aceite ajuda. Oriente a pessoa que vai te ajudar, lembrando de possíveis dúvidas que possam surgir no decorrer da tarefa e que possam desalinhar o trabalho.

Obstáculos comuns no atendimento ao público

A habilidade de comunicação é um importante aspecto do atendimento. Muitas vezes a mensagem recebida não é processada pelo receptor da forma que foi emitida. Esse fato é comum porque em todo processo de comunicação existem obstáculos que podem dificultar o perfeito entendimento. Alguns destes obstáculos:

- **Significações** - são limitações ou distorções decorrentes da forma como a comunicação é feita. As formas de expressão, como: gestos, palavras, sinais, símbolos, podem ter diferentes significados

e sentidos para diferentes pessoas. É comum ao ser humano ver e escutar seletivamente com base em suas próprias motivações, interesses e experiências.

- **Sobrecarga** - Outro fator comum é poluir a fala com excesso de informações que acabam ultrapassando os limites de processamento de quem a recebe, ocasionando perda de informação ou distorção do conteúdo.

- **Distorção** - ocorre quando a mensagem é alterada ou modificada, comprometendo seu conteúdo original.

- **Omissão** - ocorre quando os aspectos importantes da comunicação são excluídos, seja pelo emissor ou pelo receptor, causando perda parcial da informação ou incompreensão por falta de dados.

- **Gírias** - é uma linguagem de caráter popular, que é usada por determinados grupos sociais para substituir a forma culta ou convencional.

A comunicação não verbal pode dizer mais do que as palavras. Essa realidade pode ser explorada no atendimento ao público, de forma que facilite a compreensão da mensagem. Esse tipo de comunicação envolve o uso da linguagem corporal, por meio de expressões faciais, posturas corporais, distâncias físicas e gestos que são de caráter inconsciente ao comunicador. Linguagem não verbal compreende também toda forma de comunicação em que não se usa palavras para explicar a mensagem. Pode compreender todos os tipos de simbologias textuais, como placas de trânsito, gestos, ilustrações que transmitem informações ou emoções.

Atendimento Telefônico

- Inicie o atendimento com um cumprimento e apresente o nome de sua instituição.

- Seja cordial e pergunte o nome da pessoa com muito respeito.

- Crie um ambiente favorável para que a pessoa atendida possa expressar-se. Lembre-se de que todos gostam de ser bem atendidos. Por essa razão, explique se houver muito barulho naquele momento, como o horário de intervalo, som do sinal para troca de aulas ou muitas pessoas conversando no ambiente.

- Tenha sempre papel, caneta e lista de ramais (se for o caso) em mãos.

- Encaminhe os recados à pessoa que precisa recebê-los.

- O telefone institucional deve ser utilizado apenas para assuntos profissionais e não pessoais.

- Evite deixar as pessoas esperando na linha.

- Não atenda ao telefone olhando o computador, pois sua atenção estará flutuante e poderá perder detalhes da fala da pessoa e não oferecer o atendimento adequado.

- Caso perceba que a pessoa não compreendeu a informação, explique novamente de outra maneira e certifique-se de que ela entendeu a mensagem.

- Se um ramal de outra mesa tocar e o responsável não estiver presente, faça o atendimento e depois repasse para o colega.

- Tente organizar um horário para retornar as ligações. Assim seus colegas respeitarão que isto está na sua rotina de trabalho.

- Não deixe de retornar a ligação ao receber um recado que seu colega anotou em sua ausência.

- Antes de fazer as ligações de retorno, procure se inteirar do assunto e tenha em mãos os documentos necessários.

- Evite deixar as pessoas esperando na linha. Com certeza, você não gosta quando fazem isso com você e nem gosta de ficar ouvindo música ou propaganda da instituição.

- Não atenda o telefone olhando o computador, pois sua atenção estará flutuante e poderá perder detalhes da fala da pessoa ou não oferecer o atendimento adequado.

Atendimento Virtual

- Utilize apenas o e-mail institucional para fins profissionais e siga as regras básicas de etiqueta virtual.

- Faça uma leitura atenta do e-mail recebido antes de respondê-lo para evitar o envio de respostas equivocadas. - Utilize linguagem formal e faça a revisão. Peça que outra pessoa leia, no caso de enviar mensagens com muitos detalhes.

- Crie uma assinatura institucional para poder identificar-se ao responder as mensagens.

- Preencha sempre o campo "assunto" e seja objetivo.

- Observe sempre se há anexos que precisam ser vistos. Envie anexos somente quando necessário e descreva, no corpo do texto, que há anexos em sua mensagem.

- Quando precisar encaminhar uma mensagem cuide para apagar o que é desnecessário, como a lista de e-mail de todos que receberam.

- Lembre-se de que letras maiúsculas podem ser interpretadas como grito e não como ênfase, evite utilizá-las.

- Verifique se foram tomadas todas as providências necessárias antes de arquivar as mensagens.

- Organize em pastas os e-mails recebidos mais importantes para você acessar rapidamente a informação quando você precisar. (Exemplo: e-mails de pais/ responsáveis; e-mail do NRE ou SEED; e-mails da equipe pedagógica, dos diretores, da(o) secretária(o) escolar. Não faça muitas pastas para não se atrapalhar, só o que é importante para a organização de suas demandas.

- Evite o acúmulo de e-mails sem leitura. E faça o possível para respondê-los em menos de 24 horas.

- É inadequado repassar correntes e piadas utilizando e-mail ou assinatura institucional.

- Quando fizer um atendimento telefônico em que solicitam informações oficiais, indique a solicitação por e-mail. - Documente-se. Lembre-se de que você trabalha em instituição pública. Isso vale também para quando a solicitação está confusa e você precisa de maiores esclarecimentos para saber como responder.

Atendimento Pais ou Responsáveis

- Quando a escola é organizada e possui uma gestão democrática, não há motivos para não trazer os pais para a escola.

- Achar que a família não possui conhecimento para fazer um determinado questionamento é uma atitude grosseira e subestima a capacidade de envolvimento e interesse deles pela escola.

- Os que atendem a família e a comunidade precisam estar dispostos a ouvir sugestões e críticas sem levar para o lado pessoal. Eles precisam ser vistos como parceiros que podem colaborar muito para avanços na escola.

- Em um local bem visível e estratégico, deixe disponível um espaço para que as pessoas exponham suas opiniões ou sugestões, afinal de contas se eles fazem parte da escola, quando podem ser ouvidos? Isso também pode ser feito de forma on-line. O importante nesse processo é a ampla divulgação de que há esse espaço. Não se esqueçam de designar uma pessoa para ler e agradecer a sugestão, além de encaminhá-la para quem é de direito ou ao responsável da área (equipe diretiva, pedagógica, funcionários ou secretaria, etc.)

- Essa estratégia, quando bem utilizada pode ajudar no planejamento das ações na escola e até nos indicadores de avaliação interna, pois reflete os pontos fracos e fortes da escola.

Atendimento Pessoal

- Lembre-se que a postura, a forma de vestir e a linguagem utilizada são importantes para a imagem da escola.

- Procure agendar o atendimento, mas tenha a sensibilidade de atender a pessoa que já está na escola e não tem condições de voltar em outro momento. Muitos assuntos dependem de prazos e

precisam de atendimento imediato.

- Procure cumprir os horários que foram agendados, caso aconteça algum imprevisto, ligue com antecedência e ofereça opções de horários favoráveis para a pessoa.

- Quando for necessário, lembre-se de realizar ata para registrar os fatos importantes e os acordos firmados. Evitando assim, futuros desentendimentos.

- Procure se inteirar dos assuntos das reuniões, verifique se é preciso ter documentos ou legislações em mãos e quais pessoas precisam estar presentes (pedagoga, professor(a), diretor, etc.). Caso seja necessária a presença de um professor(a), certifique-se de agendar o atendimento em hora atividade ou solicitar que alguém atenda a turma em que ele (a) daria aula.

- Organize o local de atendimento ou da reunião. Leve papéis e canetas. Caso seja prevista uma reunião extensa, prepare um espaço com água e copos. Caso o atendimento seja em sua sala, certifique-se da organização de sua mesa.

- Caso a pessoa que será atendida não saiba como chegar à escola, oriente a respeito da localização. Lance mão da tecnologia! Envie a localização via e-mail ou outras ferramentas pelo celular. Também informe a portaria da escola ou o funcionário responsável pela entrada a respeito do visitante.

Administração do Tempo

- Cuide de sua saúde.

- Providencie um calendário de mesa ou de parede que tenha espaço para anotar eventos em cada data. Além disso, use a tecnologia a seu favor! Você pode utilizar a agenda física, agenda do celular ou agenda do e-mail.

- Planeje tudo no dia anterior para que possa providenciar o que é necessário a tempo. Faça isso em poucos minutos. Aprenda a otimizar o seu tempo.

- Procure ter atenção focalizada no que você faz naquele momento, de forma que não se distraia com preocupações posteriores que prejudicarão o que você está fazendo.

- Faça tudo com excelência, certificando-se de que não precisar refazer por descuido.

- Assuma tarefas de sua responsabilidade e diga “não” sem constrangimentos quando as tarefas não lhe dizem respeito.

- Selecione o que é mais importante e verifique os prazos. Atente para às datas de vencimentos dos Atos Administrativos de sua escola, entrega de boletins, lançamentos nos sistemas eletrônicos da mantenedora, entrega de relatórios e outros prazos importantes.

- Esteja certo de quais são as prioridades.

- A procrastinação é seu maior inimigo.

- Procure separar tempo para ler e se aperfeiçoar profissionalmente.

Diário de classe

O Diário de Classe é um mecanismo de gestão e de escrituração escolar que segue e controla o desenvolvimento da ação do professor. Alista todos os alunos matriculados por série, ciclo ou etapa, turno e turma, armazena o rendimento escolar, frequência, conteúdos programáticos, dias letivos, feriados e carga horária.

Em pressuposição alguma, o Diário de Classe poderá ser retirado da escola e levado para outros locais. É um documento de registro e deve ter sua autenticidade protegida devendo, ser portado, exclusivamente, pelos professores ou pelo secretário escolar.

Ao final de cada aula ministrada, o professor a registrará e conforme modelo específico de cada instituição acrescentará sua assinatura em cada aula ou somente no final do bimestre. Em nenhuma proposição, o professor anotará nome de aluno no diário de classe. Essa é uma prerrogativa exclusiva do secretário escolar.

As imputações concernentes ao preenchimento de dados obrigatórios no Diário de Classe são exclusivamente de dois profissionais – do professor e do secretário. Cada um fará as anotações e os lançamentos sob sua responsabilidade, não intervindo no campo do outro.

Atas

“A ata é uma certificação ou testemunho escrito em que se apresenta o que aconteceu, tratado ou acordado no momento de qualquer circunstância que justifique, tais como a reunião de um consórcio, a escolha de uma pessoa para uma posição que pode ser pública ou privada, a reunião do conselho de uma empresa ou organização, a prova de nascimento ou qualquer outro evento que exija a certificação legal de algo que ocorreu pela importância e porque no futuro, de mediar à necessidade, pode servir como prova em um julgamento.” – Fonte: <https://queconceito.com.br>

Nas instituições de ensino nos temos alguns tipos de atas comuns e suas particularidades. Vejamos:

Ata de Resultados Finais

É o documento que registra o resultado final de todos os alunos matriculados no decorrer do ano letivo.

Ata de Resultados Finais: o que deverá conter

- Nome da instituição, dia, mês e ano da conclusão da série ou etapa.

- Forma de organização do ensino (série, ciclo, turma e turno).

- Níveis e modalidades.

- Nome dos alunos por extenso, organizados em ordem alfabética, exatamente igual ao registrado no diário de classe que por sua vez deve estar conforme a certidão de nascimento ou casamento.

- Rol de disciplinas.

- Resultado final (aprovados, reprovados, afastados por transferência e abandono).

Assinaturas do diretor e do secretário escolar.

Ata Descritiva

Tem uma forma própria de ser elaborada e registra de forma exata e metódica, as ocorrências e decisões tomadas nas assembleias, reuniões ou sessões realizadas por comissões, conselhos, congregações, corporações ou outras entidades semelhantes.

Ata Descritiva: o que deverá conter

- No termo de abertura do livro de Atas, deve constar o nome da instituição de ensino, conforme ato de criação, o nome do Estado, do Município onde está situado, data e ano, as ocorrências, decisões e encaminhamentos e ao final, a assinatura do secretário e do diretor da instituição de ensino e de todos os presentes.

- Por ser de valor formal, a Ata deve ser lavrada de tal maneira que seja inviável introduzir modificações posteriores. Não se fazem parágrafos ou se deixam espaços entre as palavras.

- A Ata é lançada em livro próprio devidamente autenticado, cujas páginas são rubricadas e numeradas.

- Existem tipos de Atas que, por se referirem a rotinas e procedimentos padronizados, são lançadas em formulário com lacunas a serem preenchidas.

- Nesse tipo de Ata, é imprescindível prevenir qualquer tipo de fraude, preenchendo os eventuais espaços em branco com traços ou outros sinais convencionais.

- Nesse caso, também se registra o número da página e rubrica-se cada folha.

- Na Ata não se admitem rasuras, para ressaltar erro constatado durante a redação, usa-se a palavra “DIGO”, depois da palavra errada, repetindo-se a palavra ou expressão de forma correta. (ex.: aos doze dias do mês de maio, digo, do mês de junho ...).

LEGISLAÇÃO DE ENSINO

Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96.	01
Aspectos econômicos, sociais, históricos, geográficos e culturais do Município de Alto Alegre do Pindaré - MA.	17

LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB 9394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem 92 artigos, divididos em 9 títulos. São eles:

1. Da Educação.
2. Dos Princípios e Fins da Educação Nacional.
3. Do Direito à Educação e do Dever de Educar.
4. Da Organização da Educação Nacional.
5. Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino.
6. Dos Profissionais da Educação.
7. Dos Recursos financeiros.
8. Das Disposições Gerais.
9. Das Disposições Transitórias.

A LDB disciplina a educação escolar e orienta os princípios de funcionamento da educação no país. Por isso é tão cobrada em concursos públicos na área de educação.

Os princípios da Educação

Boa parte das questões de concurso sobre a LDB focam na parte principiológica da Lei. Detalhes mais específicos (como o financiamento da educação) dificilmente caem.

Se você entender o “espírito” da LDB já tem boas chances de acertar questões. Por isso vale a pena conhecer os Princípios e Fins da Educação, que são 13:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Valorização do profissional da educação escolar.
- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
- Garantia de padrão de qualidade.
- Valorização da experiência extraescolar.
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- Consideração com a diversidade étnico-racial.
- Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Os deveres do Estado com a Educação

Para solidificar o entendimento do “espírito” da LDB, veja quais são os deveres do Estado com Educação:

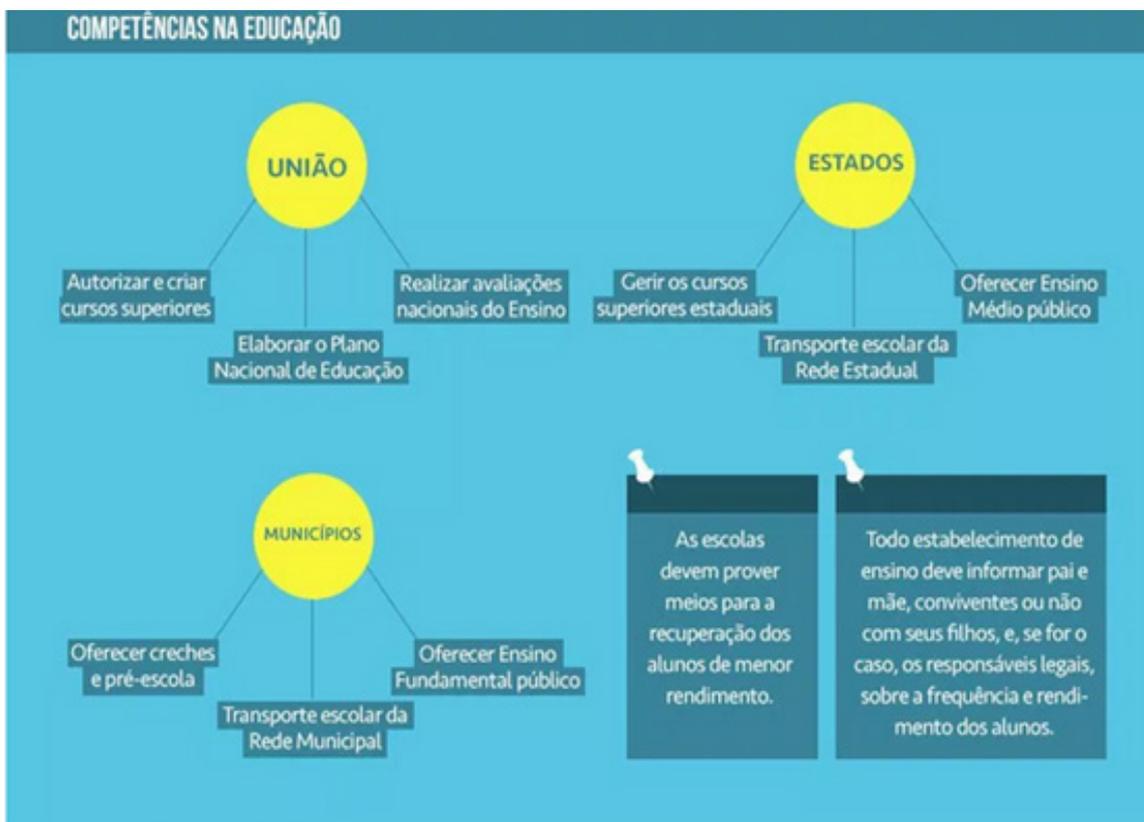
- Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
 - a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio.
- Educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.
- Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.
 - Acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.
 - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
 - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
 - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.
 - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 - Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
 - Vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Se você estudar e compreender essas obrigações do Estado e os princípios, certamente terá um bom desempenho nas questões da sua prova.

Mesmo quando não souber exatamente o que pede a questão, ficará muito mais fácil respondê-la.

Infográfico com a LDB atualizada e resumida

Para ajudar a entender melhor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, veja o infográfico a seguir, com a LDB atualizada e resumida:





INFORMAÇÕES GERAIS

 **EDUCAÇÃO INDÍGENA**

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, deve desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas.

 **ENSINO À DISTÂNCIA**

O Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

 **ESTÁGIO**

Os sistemas de ensino devem estabelecer as normas de realização de estágio em sua jurisdição.

 **ENSINO MILITAR**

O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Como todo resumo, o infográfico traz apenas alguns insights para você lembrar e iniciar o aprofundamento na LDB.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

**TÍTULO III
Do Direito à Educação e do Dever de Educar**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-AAo aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1ºA prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2ºO cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 3ºAs instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4ºO disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plena-